

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

### ACTA N.º 78

Aos trinta dias do mês de Junho de mil novecentos e noventa e sete, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na segunda reunião da Sessão ordinária do mês de Junho, sob a Presidência do Primeiro Secretário António Sousa Dinis Correia, em substituição do Presidente e Secretariado pelos Vogais, Artur Lopes Lobo e Fernando Tavares Marques, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, em substituição dos titulares dos cargos e com a presença dos Vogais: Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Soares Machado, Gonçalo Nuno Caetano Alves, João Tavares Duarte, Artur da Rosa Pires, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Álvaro Patrício do Bem, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos vogais: Manuel Simões Madaíl, Élio Manuel Delgado da Maia, Rogério da Silva Leitão, João Pedro Simões Dias, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, José Alberto Martins de Carvalho, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, Armando Manuel Dinis Vieira, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Raúl Ventura Martins e Libério da Silva Santos.

Seguidamente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados, pelos Vogais, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Nuno Teixeira Lopes Tavares e Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Imediatamente a seguir, retomou-se a ordem de trabalhos da reunião anterior.

## PONTO N.º 2 - PLANO DE URBANIZAÇÃO DE AVEIRO - CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO DE 97-06-09 - PLANO DE URBANIZAÇÃO DE AVEIRO: A Câmara tomou conhecimento de um ofício da Assembleia Municipal, cujo teor aqui se dá como transcrito. Através do qual se transmite ao Executivo de que foi desactivada a Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização de Aveiro, que havia sido designada por aquele órgão deliberativo em 3 de Janeiro do ano findo, e em que se pergunta da conveniência ou não de vir a ser constituída nova Comissão. Por proposta do Sr. Presidente e por unanimidade, foi deliberado que o assunto seja levado de novo à consideração da Assembleia, com o pedido de ser agendado para a próxima Sessão, por se entender de todo o interesse para o Município e concretamente para o desenvolvimento do Plano em causa que aquela Comissão venha de novo a funcionar.

Presidente da Mesa:

*"Vamos entrar no ponto número dois da ordem de trabalhos, como este ponto foi agendado pela Câmara, eu dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara".*

Presidente da Câmara:

*"Muito obrigado Sr. Presidente, este ponto não foi agendado pela Câmara, foi agendado a pedido da Assembleia Municipal, porque eu julguei sempre que para poder vir a reanimar a mesma Comissão de acompanhamento do Plano de Urbanização, bastaria depois de ter estado criada, bastaria que esta Assembleia por si, colocasse na Mesa e discutisse a necessidade de ela existir. O Sr. Presidente da Assembleia em termos formais pediu-me para oficializar o pedido de agendamento. Fi-lo, está aí agora para a Assembleia se pronunciar se deve ou não deve constituir essa Comissão, no entanto eu gostaria de dizer, que é útil que ela exista, que ela venha a ser reanimada, que possa acompanhar. E, é resultado da experiência que vou vivendo no dia a dia, em termos do Planeamento que se encontra em marcha, é também resultado da última reunião em que se falou do Plano de Urbanização da Cidade no Centro Cultural e de Congressos, e reconheço que seria muito conveniente, seria muito útil para o andamento, ainda numa fase que necessita desse acompanhamento de perto, que esta Comissão fosse reconstituída e que passasse a ter mais vitalidade do que teve no início. Quero recordar, que ela não funcionou não porque o Presidente da Câmara ou a Câmara, se recusasse ou não a aceitasse, antes pelo contrário. Não sei explicar suficientemente, mas penso que ela na altura parou por si própria, na falta talvez de animação de quem ficou a encabeça-la, penso eu, recordo-me que tinha sido o Eng. Sequeira Pereira, e depois as coisas pararam um pouco com a sua ausência desta Assembleia. De maneira que eu queria dizer, que tinha todo o gosto de que se reconstitui-se de que se reanima-se e viesse a funcionar com mais persistência e com entusiasmo, na medida em que, em Planeamento, é reconhecido de que todos devem participar todos devem discutir".*

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Victor Manuel da Silva Martins, Lourenço Martins dos Santos e Custódio das Neves Lopes Ramos

Aberta a discussão usaram da palavra:

Vogal Diogo Machado:

*"Sr. Presidente, esta intervenção é apenas para referir, no seguimento da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, que realmente e na devida altura, foi por nós e particularmente por mim aqui assumida, a falta de liderança ou a liderança sem qualidade, pela minha parte, da Comissão a que por substituição do Eng. Sequeira Pereira me coube a mim presidir. O que acontece, e eu na altura aqui expliquei foi que motivos profissionais me impediram de estar presente em Aveiro, durante um certo número de meses, e, portanto, obviamente os trabalhos da Comissão saíram prejudicados. Por essa falha me penitenciei na altura, torno a fazê-lo agora, respondendo positivamente até às críticas.*

*No entanto, e complementando aquilo que disse em primeiro lugar, gostaria de dizer que nós Partido Popular, estamos obviamente disponíveis, para reconstituir a Comissão de acompanhamento do Plano de Urbanização, sabemos e sentimos que ela é extremamente útil, até porque envolve esta Assembleia na tomada posições e no acompanhamento de algo que é vital para o desenvolvimento desta Cidade. Em segundo lugar, pela minha parte, estarei disponível para fazer parte dessa Comissão, lançando desde já um repto ao Prof. Dr. Rosa Pires, para que com os seus conhecimentos e a sua sabedoria no assunto, me acompanhe, e nos acompanhe, para que esta Comissão possa definitivamente trabalhar como deve ser. Sem querer obviamente, ultrapassar o poder de decisão que tem de ter a bancada do PSD".*

Vogal Rosa Pires:

*"Sr. Presidente Srs. Deputados, eu tenho alguma dificuldade em abordar este assunto, nos termos em que ele é posto. Foram várias vezes nesta Assembleia, ao longo do último ano, chamada a atenção para o não funcionamento da Comissão e, houve como se recordam, a tomada de posição do Sr. Salavessa que se demitiu da Comissão face ao seu não funcionamento. E, na sequência disso, os outros dois membros que restaram, o Sr. Diogo Machado e eu próprio, fizemos uma carta ao Sr. Presidente, que eu entendo que é o Sr. Presidente da Câmara, dando conta que obviamente, a Comissão não tinha condições de funcionar e que esperaria da parte do Sr. Presidente, uma intervenção rápida para revitalizar a Comissão nessa altura. E chegou-se a dizer e eu disse-o textualmente, que para a Comissão se revitalizar (isto foi em Janeiro) teríamos que em Fevereiro e Março, reunir a Comissão, para preparar*

*uma discussão pública em Abril. Eu sobre isto, gostava que se tivesse presente aquilo que foi pedido e que houvesse alguma lisura de procedimentos, com toda a sinceridade, porque não gostei muito do que ouvi da parte do Sr. Presidente quando introduziu este tema. Sr. Presidente, eu tenho um profundo desgosto, com a forma como tem conduzido este processo, e gostava de deixar aqui três aspectos chave antes de me pronunciar exactamente sobre esta questão.*

*No primeiro caso, vou um pouco falar na terceira pessoa, e parece-me que vale a pena referir isto, porque esta Comissão tinha em vista uma cooperação que não é frequente ter-se em termos duradouros, até porque é a primeira vez, provavelmente, que estamos a embarcar em situações de Planeamento e que procuramos concertar acções, e há aqui cuidados a ter, que não se tinham no passado e vale a pena pensar neles. O que se passou foi o seguinte: portanto, várias vezes houve uma pessoa aqui (houve várias), que mostraram que a Comissão não estava a funcionar bem. Dissemos, como eu acabei de dizer à pouco, que tínhamos que cooperar antes de haver uma sessão pública. E, eu pergunto: que confiança ou credibilidade é que me merece o interlocutor, quando a sessão que houve em Maio, o Sr. Presidente disse que já tinha chegado ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, um pedido para reactivar esta Comissão, afinal, essa decisão foi só tomada em Junho pela Câmara, e agora quando nós vamos reunir, já houve uma sessão pública de apresentação do Plano. Ou seja, que relação de confiança é que se pode estabelecer entre duas pessoas, quando uma sistematicamente é indiferente àquilo que diz a outra? E, acreditem ou não, a cooperação duradoura entre instituições, passa pela relação de confiança entre pessoas. E passa, obviamente, por um respeito de compromissos mútuos, e o que há aqui é insensibilidade a este domínio.*

*Ora bem, no futuro, quando quiserem estabelecer relações de cooperação duradoura, percebam que tem que haver um acordo de cavalheiros, tem que haver confiança mútua e procedimentos que façam com que essa confiança mútua exista. E o que houve aqui, foi exactamente o contrário. Para cooperar de forma duradoura, não basta haver vontade ou disponibilidade de momento, tem que se alimentar ao longo do tempo essa vontade de cooperar, que tem exigências, inclusivamente, em termos pessoais. O que se está a passar é absolutamente inaceitável, não tem condições de estabelecer esta confiança. E isto é um primeiro aviso ou uma primeira nota, de que estas relações de cooperação exigem esforço, e*

*exigem algum carinho até para se permanecerem. Mas há um segunda nota, porque enfim, poderia pensar-se que de facto, o timing escolhido para esta cooperação, em termos da sessão de acompanhamento era melhor este que o Sr. Presidente está a propor agora, uma vez que tomou a iniciativa de levar à Câmara e trazer aqui, que era melhor que o anterior. Eu julgo que obviamente não é. Esta Câmara teve possibilidade de, no início deste ano pôr em discussão, quer o Plano de Urbanização, quer o Plano Estratégico. Nessa altura, se ambos os Planos tivessem sido discutidos neste ano, eles eram objecto de discussão a bastante tempo das eleições, e tornar-se-iam, estou eu convencido, já não um objecto de discussão hoje em dia, mas o enquadramento da discussão para as propostas eleitorais, que é totalmente diferente. Este enquadramento era um enquadramento qualificado pela percepção de muitos Aveirenses, que quais os problemas e os desafios que se colocam à Cidade e ao Concelho.*

*Ora bem, não foi isso que aconteceu. Curiosamente, encontrei hoje casualmente um técnico ligado à Câmara Municipal, esta manhã, que me disse o que naturalmente muitos sentem, é que já não confiava muito nas discussões que fossem ser tidas, porque não sabia se elas eram motivadas por questões genuínas da preocupação do concelho ou se por questões de ordem partidária. Não foram estes exactamente os termos, mas foram aproximados. Os próprios técnicos, já têm uma reserva mental, em relação às discussões que forem tidas, ou seja, a discussão do Plano de Urbanização agora, e do Plano Estratégico, vai ser feito já com esta reserva mental. Há um duplo prejuízo para Aveiro. Não só não temos hoje um enquadramento que proporcionava qualidade às discussões sobre o futuro de Aveiro, como a própria discussão dos documentos está prejudicada. E isto, é da responsabilidade da má gestão política deste dossier. É uma má gestão política do dossier que prejudicou Aveiro, não há dúvida nenhuma. Hoje, podíamos ter uma discussão muito mais qualificada a suportar as propostas eleitorais e não a vamos ter. E podíamos ter uma discussão muito mais aberta e franca e coesão entre os diferentes agentes à volta dos Planos, não os vamos ter. Por culpa da gestão política do dossier feita pela Câmara. Houve o prejuízo de Aveiro, claro, é importante que isto se diga, para que no futuro os próprios timings destas coisas sejam delineados, tendo em vista o interesse de Aveiro. Eu não sei se isto passa ou não lá para fora através da comunicação social, (como há dias o Sr. Diogo Machado sugeriu), mas pelo menos que passe aqui para dentro, que as pessoas se consciencializem que isto é verdade.*

*Prejudicámos Aveiro, por má condução do processo. E depois pervertemos totalmente, a meu ver, o sentido do que é uma Comissão de Acompanhamento. Eu vou tentar justificar isto.*

*A grande intenção da Comissão de Acompanhamento, não era existir por si própria, era porque permitia (como alguém disse e muito bem), criar alguma coesão à volta de algumas orientações bases para o futuro de Aveiro. Ora bem, o que é que se passou até agora? Já foram produzidos doze dossiers. O processo de preparação do Plano está muito avançado, como disse o Sr. Presidente, aliás, na reunião anterior desta sessão. O regulamento vem aí. Então, esta Comissão de Acompanhamento vai acompanhar o quê? A Comissão de Acompanhamento teria sido útil, para nós percebermos os grandes problemas que nós iríamos discutir no Plano de Urbanização, para dizer quais são, para dizer quais eram as diferentes perspectivas que tinham que ser tidas em conta, quando nós pensamos na solução dos problemas. Para ajudar a criar consenso sobre isto, para se definir linhas de orientação; para isso era preciso. Porque é depois de ter percepção dos problemas, as diferentes perspectivas, linhas de orientação, que nós vamos fazer parcerias nas soluções. Não pode haver parcerias nas soluções genuínas, se essa parceria não começar antes na identificação dos problemas e no desenho das soluções. Só depois é que a parceria é eficaz. Então quer dizer, uma pessoa sozinha diz: Os problemas são estes, estas são as orientações, estas são as soluções e agora venham cá para dizerem que fizemos uma parceria numa Comissão de Acompanhamento. Isto é perverter por completo, como é óbvio. Acompanhar o quê? Acompanhar o quê?... As Comissões de Acompanhamento têm uma finalidade e, se essa finalidade não puder ser assegurada são esvaziadas de sentido. Foi o que este Sr. Presidente fez, foi o que este Executivo fez. Esvaziou de sentido, por completo, esta Comissão de Acompanhamento. Resta-nos, a muitos de nós, como cidadãos de Aveiro, participar nas discussões. Mas a tal coerência, a tal credibilidade que um Plano destes tem que ter a prazo, perdeu-se; por má condução política do processo. Por amor de Deus, esta Assembleia avisou sucessivamente.*

*Sr. Presidente, várias vezes nesta Assembleia ao longo do tempo, foi chamado a atenção, para que a Comissão era importante e que não estava a funcionar. Foram feitos apelos e em Janeiro, o Sr. Diogo Machado e Eu próprio, fizemos chegar-lhe uma nota a dar conta do nosso, enfim, descontentamento de a Assembleia não estar a funcionar; do nosso*

empenhamento em que a Comissão funcionasse e pedir-lhe que reactiva-se o processo. Quem é que está a liderar a governação em Aveiro? É a liderança da governação local que tem que dar os paços. Eu recordo-me de dizer aqui Sr. Presidente, em nome da bancada do PSD, que desde que nós trabalhássemos em Fevereiro e Março, e desde que em Abril houvesse o compromisso de fazer uma discussão pública, que voltávamos a alinhar nesta Comissão. A minha intenção não é levantar dificuldades, a minha intenção era garantir qualidade. Era garantir a tal coesão durante Fevereiro e Março à volta de ideias, para que em Abril pudesse ser discutida. E o que fez, foi exactamente o contrário do que nós propusemos. O Sr. Presidente levou a uma Sessão pública de apresentação, antes desta Comissão ser revitalizada. Isto são os factos.

O que agora pode acontecer, é uma coisa algo diferente, é que esta Assembleia vai ter que apreciar o Plano (o que pode acontecer aqui é apreciar, já não é acompanhar), é uma Comissão de Apreciação do Plano. Comissão essa, que não pode formar opinião por terceiros, esta Comissão só pode ter como objectivo, trazer elementos aqui a esta Assembleia, que fundamentem, que ajudem a fundamentar a opinião de terceiros, a opinião individual de cada um de nós. Porque é que isto faz algum sentido, da minha óptica? É o seguinte: este Plano, é um Plano especial, é um Plano da Urbanização da Cidade, sobre o qual entram quinze, vinte Planos de Pormenor. A decisão que nós tomarmos, de aprovar ou não este Plano, vai ser determinante para toda uma cadeia de outros Planos de Pormenor, e, portanto, esta decisão é importantíssima, porque se esta for má, por muito que sejam boas algumas das outras decisões dos Planos de Pormenor, o erro grave já se cometeu. E então o que pode acontecer, é que se faça aqui uma Comissão de Apreciação (já não é de acompanhamento, vamos ser realistas, acompanhar o quê?) uma Comissão de Apreciação que teria que ter aí umas três pessoas por bancada, que teria órgãos próprios com alguma autonomia em relação ao que se passou e, obviamente, a colaboração da Câmara era essencial. E poderíamos entrar por aqui, a tentar apreciar o Plano, pôr argumentos aqui fora, dizer as diferentes perspectivas que se encaram, de alguma forma poderíamos ajudar a retomar preocupações de concertação de ideias acerca do futuro da Cidade, mas teríamos com certeza, uma tarefa bem diferente daquela anteriormente proposta. Portanto, repetindo, e eu poderei aprofundar ou poderemos discutir mais aprofundadamente esta ideia de uma Comissão de Apreciação do Plano. Vamos repetir isto muito

claro, a Comissão de Acompanhamento tinha um valor enorme para o futuro de Aveiro. O Sr. Presidente da Câmara, como líder do Executivo, não se pode eximir das responsabilidades de fazer tudo, para que uma Comissão destas funcione. Eu espero bem, que os novos candidatos tenham esse entendimento de que tem um processo de liderança a assumir, e de levá-lo até ao final neste domínio, porque é uma área onde a tradição de cooperação é escassa, reconhecida inclusivamente no Plano Estratégico, e é uma área que é fulcral, que é estrutural no futuro de Aveiro. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Portanto, se não entende dessa maneira é pena. Espero bem, que os próximos candidatos ou os outros candidatos o encarem dessa maneira. Houve um prejuízo do objectivo de Aveiro, pela má condução política deste dossier de planeamento. Hoje, poderíamos estar a discutir propostas para o futuro de Aveiro com muito mais conhecimento, com muito mais gente detentora de conhecimento, dos problemas globais de Aveiro. Não estamos, continuamos no zero. Com um Plano que devia ter sido feito em oito meses, já vai quase em vinte. O que pode haver aqui de recuperação de alguns dos objectivos, a meu ver bons, da Comissão de Acompanhamento que foram desperdiçadas por esta Câmara, apesar das boas vontades que aqui foram postas, designadamente pela oposição, é uma Comissão de Apreciação, que interagindo com a equipa que prepara o Plano de Urbanização, pode inclusivamente, evitar que a decisão seja tomada apenas no final, sim ou não, mas ir dando pistas à equipa, para eventualmente suprir carências, trazer outros aspectos, melhorar o Plano para ele ter mais condições, por uma lado de ser aqui aprovado, mas sobretudo de ter melhor qualidade e de servir melhor Aveiro".

Vogal Filipe Brandão:

"Sr. Presidente, Srs. Membros desta Assembleia, serei particularmente breve, até porque, grande parte do que eu queria dizer, disse-o com muito mais rasgo e brio, o Professor Rosa Pires. A bancada do Partido Socialista, está particularmente à vontade nesta questão, porque como é consabido, foi o único Partido que não se fez representar na defunta e extinta Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização. E fê-lo, como na altura foi fundamentado pelo meu camarada Custódio Ramos, porque apesar de se reconhecer a importância crucial da discussão desta matéria para o futuro do Concelho, não confiava, face à experiência recolhida ao longo destes anos, na boa vontade da Câmara, na

discussão destas matérias. E, eu permito-me corrigir o Professor Rosa Pires, quando diz que em Janeiro se manifestou aqui o descontentamento pelo funcionamento desta Comissão, não foi em Janeiro, foi em Dezembro, foi antes disso. Porque é manifesto, que os membros que foram integrar aquela Comissão, constataram aquilo que nós a priori dissera-mos: é que a Câmara não está interessada em discutir o Plano de Urbanização. E, eu vou dizer Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> é o condutor político deste processo, tem que assumir os encargos assim como reivindica os méritos. E a verdade é que, V. Ex.<sup>a</sup> logo ao iniciar esta conversa, teve uma intervenção que eu posso revelar de desastrosa, porque partindo do princípio, da boa fé dos elementos que resolveram integrar então essa Comissão, e que depois face à omissão reiterada, à ausência total de estímulo por parte da Câmara Municipal, entenderam demitir-se. Gostariam, presumo eu, Eles, de ver aqui hoje o Sr. Presidente dizer, estou arrependido, ou não estando arrependido, estou particularmente interessado em que os Senhores voltem a discutir essas matérias. Mas V. Ex.<sup>a</sup> chegou aqui, e a primeira coisa que disse ao Presidente: Calma não fui eu que propus isto, pediram-me para propor porque eu, francamente, não tenho assim grande interesse. Porque de facto, eu posso referir uma questão que é paradigmática.

A questão da apresentação pública do Plano de Urbanização, que pretensamente seria um lugar para discussão e divulgação pública daquele importante Plano, foi, designadamente aos membros desta Assembleia, entregue a convocatória na véspera há tarde. E como V. Ex.<sup>a</sup> estará recordado, por exemplo, no mesmo campo em que estamos agora a discutir, que é uma questão de filosofia desta forma como se lida com os problemas do Planeamento e qual a problemática a que ela está subjacente.

Eu posso recordar, que esta Câmara Municipal elaborou um Plano Director Municipal, e não promoveu no período da sua discussão pública, qualquer iniciativa para a sua discussão. Isto é uma questão que já vem muito para trás. Estaremos recordados, que a única discussão que houve, posso dizer e porque não há qualquer fim eleitoralista neste momento, foi na altura, há quatro anos, o Partido Socialista que convidou dois ilustres urbanistas para discutirem estas matérias. Foi a única vez, durante todo o período de inquérito público, que se discutiu publicamente essas questões. E aliás, eu posso recordar a intervenção brilhante do Dr. Victor Mangerão, aquando da apresentação deste Plano de Urbanização, em que se demonstra que uma vez mais, o que esta Câmara tem feito é a

*discussão em circuito fechado, porque quem lá foi sabe, ou estavam técnicos da Câmara, ou alguns membros desta Assembleia. Pretender seriamente, que esta Câmara discuta e abra a discussão sobre os Planos, é uma farsa e V. Ex.<sup>a</sup> sabe-o perfeitamente. Porque de facto, não há um único gesto da parte da Câmara Municipal, no sentido de, em boa fé, pretender o diálogo e o esclarecimento cabal destas questões. E, portanto, a única hipótese que neste momento está, face ao adiantado dos trabalhos, é aproveitar a sugestão do Professor Rosa Pires e, extinguir de vez esta Comissão de Acompanhamento e fazer uma Comissão de Apreciação".*

Entretanto saiu da sala o Vogal, Diogo Manuel Soares Machado.

Vogal António Salavessa:

*"Sr. Presidente, Srs. Deputados, desculpem-me só um pequeno parêntesis muito rápido, para dar nota à Assembleia, já que o Presidente da Comissão de Horários não está presente e o Sr. Dinis Correia que o tem substituído está na Mesa, dar a informação à Assembleia, de que terminaram hoje, dentro do prazo que estava previsto, a apreciação da proposta dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Comércio e de Prestação de Serviços, e que por isso, na próxima semana vamos aprovar o respectivo relatório e que há condições para o assunto ser agendado para a próxima Sessão na Assembleia Municipal.*

*Quanto ao que temos hoje em discussão, eu tenho muita pena e tenho pena sobretudo por Aveiro, que a Câmara e o PP tenham querido dar razão ao Partido Socialista, em relação às razões que os levaram a não integrar a Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização da Cidade. De facto, eu ouvi as razões do Partido Socialista, mas não quis fazer juízo prévio e sempre tive alguma confiança de que a Câmara alterasse os seus comportamentos, e é pena que passado um ano, a três de Janeiro, um ano depois da decisão da constituição da Comissão, eu tenha nessa altura reconhecido, que as objecções do Partido Socialista tinham razão e o que é mais grave ainda, é que desde essa atitude que tomei de saída da Comissão até hoje, nada, mas nada, justifica uma alteração da posição. Portanto, até hoje, as coisas mantiveram-se exactamente no mesmo estilo.*

*Já se abordou hoje aqui a questão da responsabilidade. Eu já tive oportunidade noutras ocasiões de dizer, no nosso entender, de quem*

é a responsabilidade. A responsabilidade, em primeiro lugar, cabe ao CDS/PP e ao CDS/PP enquanto bancada desta Assembleia. Porque nada, nada obrigaria, a que fosse o dinamismo da Câmara ou o não dinamismo da Câmara a liderar o processo. Bastava que a bancada do PP estivesse motivada e perante aquilo que dizem ser as suas dificuldades com o elemento A e com o elemento B, ter enquanto bancada encontrado as soluções que permitissem a dinamização da Comissão. Mas, a Câmara não é inocente neste processo, porque se a Câmara estivesse interessada no verdadeiro processo de Planeamento, que fosse participado, a Câmara não teria deixado de chamar à atenção à bancada do PP e à Assembleia enquanto tal, para que tomassem as medidas necessárias para que a Comissão de Acompanhamento funcionasse. Eu hoje, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Deputados, estou convencido que de facto, houve aqui uma opção de fundo. Houve uma opção, de não fazer um processo de discussão e de construção do Plano, que fosse efectivamente participado. Basta olhar para a metodologia e para o envolvimento da construção do Plano Estratégico, por contraste com a construção do Plano de Urbanização, para vermos que há aqui de facto, opções de fundo. Não pode ser por distração, não pode ser por omissão, que tenham participado na discussão do Plano Estratégico dezenas e dezenas de instituições e de cidadãos do Concelho e que o Plano de Urbanização tenha chegado onde já chegou sem que, um tal processo tenha acontecido. Portanto, é de facto, uma opção de fundo.

Há uma diferença razoável entre o Plano estratégico e o Plano de Urbanização. O Plano Estratégico define objectivos de desenvolvimento, define acções ao nível político, ao nível institucional, mas não tem acções ao nível do ordenamento do território, e porventura a Câmara é capaz de entender, que esta questão do ordenamento do território, a questão da classificação dos terrenos, como sendo para isto ou por aquilo, mexe com interesses, e se calhar não quer ver esta Câmara a participar numa discussão desse tipo. Portanto, eu hoje estou convencido de que, é de facto, uma opção que levou a que tenha acontecido tudo isto.

Eu partilho completamente, as opiniões já aqui manifestadas de que, chamar hoje, Comissão de Acompanhamento a uma Comissão que venha a ser dinamizada ou criada de raiz hoje, não faz sentido. Faria sentido ser uma Comissão de Acompanhamento, se desde os primeiros passos essa Comissão acompanhasse o nascer do Plano de Urbanização. Isso já não pode acontecer, no estado em que os trabalhos já chegaram,

isso já não é possível. A haver uma Comissão a sair desta Assembleia, não será já uma Comissão de Acompanhamento, mas uma completamente diferente. Por minha parte, não tomarei iniciativa da sua constituição, mas estarei, como é óbvio, aberto à discussão de qualquer outra proposta. A última questão relacionada com tudo isto e que me leva ainda a cimentar mais esta opinião é de que, resultou claro, na sessão de apresentação chamemo-lhe assim, que aconteceu no Centro Cultural e de Congressos, foi para mim evidente, que o gabinete que está a proceder à elaboração do Plano, já entregou a alguém da Câmara um conjunto de dossiers. Portanto, como é que pode haver uma vontade de participação, quando sucedem situações deste tipo".

Entretanto deu entrada na sala o Vogal João Gabriel Ferreira Santos.

Vogal Jorge Nascimento:

"Já alguém aqui afirmou e penso que repetidas vezes que, quem quiser governar Aveiro sozinho, o fará pior do que acompanhado. Eu, pessoalmente, partilho inteiramente dessa opinião, penso que esta Assembleia comunga deste sentimento e que, a Câmara o faz da mesma maneira. Têm aqui sido feitas acusações à Câmara, de não querer, concretamente neste caso, a participação da Assembleia. Eu, sem embargo de todas as considerações que aqui foram feitas a respeito da utilidade da participação da Assembleia, dos cidadãos, da comunicação, pelas múltiplas formas a que o cidadão tem que se manifestar acerca das questões que interessam aos Aveirenses, eu penso que a Câmara, está sintonizada com isso e foi a primeira a reconhecer esse facto. E então, rememorando, pergunto: quem é que trouxe primeiro aqui a esta Assembleia a necessidade reiterada da constituição da Comissão? Mais ninguém sem ser a Câmara. Recordo até, de quando foi tomada a decisão de se constituir a Comissão, essa proposta camarária teve até a oposição de uma bancada importante e respeitada desta Assembleia, concretamente, o Partido Socialista. O Partido Socialista disse logo por adivinhação, que não participava porque não acreditava na bondade dos trabalhos dessa Comissão. Eu penso que se invertem os problemas, quando se procura excluir a responsabilidade de uns, assacando a outro. Eu tenho presente que, a Câmara é por natureza o órgão de governação, tem as suas responsabilidades na governação e esta Assembleia tem as

responsabilidades próprias de Assembleia. E uma das responsabilidades que tem é, inclusivamente, mesmo sem o desafio da Câmara, constituir as Comissões que entendam necessárias ao acompanhamento. Portanto, primeira questão, e esta é soberana, é aqui que entronca até digamos a norma constitucional disto, de haver Comissões ou não haver Comissões. Nós e bem, como muitas vezes já tem sido dito, não temos que andar a reboque, de maneira nenhuma, a reboque da Câmara. A Câmara, nem sequer, tinha a obrigação ao contrário do que aqui tem sido posto de vir aqui dizer, constituam a Comissão. O Executivo deve ter interesse em que a Comissão exista, o que é diferente de se pôr na liderança do Executivo a constituição das Comissões. Se alguém tem responsabilidade aqui, é sem dúvida nenhuma esta Assembleia. Primeiro, porque andou a reboque da Câmara para constituir a Comissão e depois porque não a fez funcionar. E neste contexto, eu depois da Comissão constituída, reconheço e assumo a culpa concreta desta bancada PP, em não ter contribuído como bancada maioritária. Já foi dito pelo meu colega de bancada que assumimos essa responsabilidade. Agora, as responsabilidades têm de se assacar a quem são devidas. Quer dizer, não interessa muito chorar (e nisto de recriminações penso que já disse o suficiente), não interessa muito chorar sobre o leite derramado, e interessa mais acudir àquilo que é urgente tratar. Neste momento, temos já um Plano em andamento. É evidente, que interessaria saber quais eram as sensibilidades para que esse Plano tivesse um nascimento adequado às justas necessidades ou não. E, portanto, nessa medida seria importante a nossa participação. Mas, não quer dizer que agora por não ter havido esta participação, que o Plano esteja truncado daquilo que é essencial, portanto, e não vejo agora motivo, que não seja outro que eu não descortino, nem me atrevo a inventar, e ouvi a que a Comissão seja de Acompanhamento, tenha outro título qualquer, tome o seu lugar, que se volte a constituir, que se reconstitua e que lá promova o andamento, que vá opinando, que vá carreando material com interesse, ideias e sugestões para aquilo que ainda falta fazer e, portanto, não vejo que daí venha agora, para o futuro, algum prejuízo. Mais prejuízo virá seguramente, se uma Comissão não funcionar. Portanto, eu sou a favor da reconstituição da Comissão, repetindo aqui, assumindo as culpas como membro de uma bancada integrante desta Assembleia, em não ter participado como devia, em que a Comissão seguisse as suas funções como devia ter acontecido".

Vogal Victor Mangerão:

*"Penso que neste conjunto de intervenções e sem qualquer ironia fácil, quero incluir nesse conjunto, inclusive, a intervenção do Sr. Dr. Nascimento. Neste conjunto de intervenções, ressalta um dos momentos mais interessantes, que eu me lembre, das muitas Sessões desta Assembleia Municipal. Porque à volta de um ponto fulcral, teceram-se considerações e chamaram-se à coacção certos valores e certos temas, que eu considero primordiais em toda esta problemática da relação Assembleia Municipal; Câmara Municipal; interesses de Aveiro; interesses partidários; oportunidade; responsabilidade política, etc.. É interessante. Cada um há sua maneira, os vários intervenientes afluíram estes aspectos, e no conjunto considero que foi muito válido em termos didácticos. Na verdade, o que ressalta aqui é, sobretudo, a dificuldade em conjunto, forças políticas motivadas por interesses diferentes, conduzidos por pessoas de personalidade, cultura, formação diferente, com critérios, inclusive de oportunidade diferentes, conseguir em determinado momento, conciliar tudo isto e produzir em termos finais um documento, neste caso fundamental para o progresso, para o desenvolvimento, para a qualidade de vida do Concelho. A dificuldade começa nisto, equilibrar aquilo que é corresponsabilização ou interesse mútuo, em repartir responsabilidades.*

*A Câmara não tem que pedir Comissões, nem tem que exigir Comissões, nem pode, à Assembleia Municipal, por um lado, seja para o que for. A Assembleia Municipal por outro lado, não tem que estar à espera que a Câmara Municipal lhe peça Comissões. A Assembleia Municipal pode-as organizar e a Lei permite, exigir, a correspondente colaboração da Câmara. O que é logo um pressuposto, e é por isso que a mim não me agradou ver alguns sorrisos na bancada do PS, quando de outras bancadas e bem, em termos de objectividade, foi reconhecido que afinal de contas tinham razão de ser, os argumentos do PS na altura. A mim não me agradou ver os sorrisos, porque realmente é uma pequena vitória trágica. Teria sido preferível, em nome dos interesses do Concelho, em nome da produtividade institucional, em termos de colaboração Câmara/ Assembleia Municipal, que esses sorrisos não tivessem nunca nascido. A mim não me agrada, tenho imensa pena. Mas, uma vez que as coisas se passaram desta maneira, que realmente, a premunição, na altura maliciosa porque não científica, do PS em relação ao fim desta Comissão, acabou por se concretizar, ficamos perante uma situação de aparente impasse, apenas. E aparente impasse, porque é uma solução que pode*

viabilizar aquilo que é mais importante. Das duas uma, ou se decide que a seis meses de eleições já nada funciona a partir de determinada bitola de gestão, e de responsabilização política, ou se assume que o mandato é efectivo até ao último dia. Ou se decide, que por causa de incidentes de percurso o que aconteceu deixou de acontecer, reduziu a zero uma iniciativa, ou se chega à conclusão, que ainda à possibilidades de reagarrar essa iniciativa, reformulá-la, salvar o que for possível e, definir, afinal de contas aquilo que se pretendia, neste caso concreto, um Plano de Urbanização para Aveiro. Eu julgo, que a Câmara enquanto tal, tem de assumir a responsabilidade que lhe cabe. Mas para isso não precisa de estar aqui a fomentar processos de intenção, porque aí desculpem, eu aí não entro. E não entro por uma razão, tenho que ter provas cabais disso, e não as tenho. E seria extremamente grave se elas surgissem à luz do dia, nestas discussões. Do que é que eu estou a falar? Quando se diz assim: a Câmara desde o princípio, nunca quis dialogar sobre isto, nunca quis participação, isto foi tudo um engodo e tal, e como o Presidente da Câmara é o particularmente visado, estamos aqui a entrar num plano de pessoalidade, que realmente leva a outra vertente de todas estas relações.

É assim, podemos ter divergências partidárias, mas se acreditamos uns nos outros enquanto homens, até somos capazes de fazer coisas em comum. Podemos ser do mesmo Partido, mas se temos divergências pessoais profundas, nunca vamos aos figos juntos; um pensa de uma maneira outro pensa de outra e quando é preciso até se vota de maneira diferente na mesma bancada, etc., etc., há muitas variáveis. Porque estamos aqui a entrar com a pessoa. Eu neste caso concreto não vou equacionar a questão da má fé premeditada. Agora, vou equacionar é uma coisa, é que se calhar esta Câmara, que já evoluiu muito, e eu digo esta Câmara, este Executivo nascido neste final do mandato, depois que o Sr. Girão Pereira se foi embora, evoluiu muito, de forma reconhecida por esta Assembleia inúmeras vezes. Evoluiu muito, nesse sentido de abertura, de diálogo, de oscultação das outras forças, etc., no entanto, não chegou ao óptimo, nem nada que se pareça. Ainda há muito que evoluir. Por esta, por esta e por quem vier a seguir, por quem quer que seja. Porque ser candidato hoje em dia é teorizar sobre uma coisa, na prática gerir uma Câmara, é uma coisa completamente diferente e sobre isso lá iremos. "Atrás de mim virá". O problema não é esse, portanto não é uma questão pessoal, há muito que aprender nisto. E, eu quero reconhecer em termos de honestidade absoluta, que os argumentos todos que responsabilizam a

Câmara, deixam sobrar um bocado de argumentos, que também responsabilizam esta Assembleia. E é por isso que eu tenho que reconhecer ao Dr. Nascimento (que normalmente estou em discordância com ele), que ele hoje tocou ali um pequeno ponto, que eu não posso deixar de lhe dar alguma razão. É que, sendo as Comissões livremente criadas pela Assembleia, esta Assembleia algumas vezes indagou da questão do Plano de Urbanização, mas nunca tomou uma atitude de força contra o assunto, e poderia tê-la tomado. Isso também é verdade. Nunca a tomou. Atitude de força não tomou. A melhor atitude que não é de força, é de eloquência sobre o assunto, está hoje a ser tomada e muito bem. Ainda foi a tempo. Porque há uma coisa que eu considero fundamental, é como aqueles fulanos que ouvem que morreu alguém, sabem quando é o funeral, há uns que vão até à casa da família, acompanham o funeral da casa da família até ao cemitério; há os outros que só se chegam ao funeral mesmo à porta do cemitério para serem vistos e não sei quê. Uma questão destas no Plano de Urbanização, não se pode acompanhar desta forma. Ou entramos todos no princípio (e não se trata de nenhum funeral), ou então não vamos só ser vistos à saída. Portanto, eu julgo que a Câmara tem de optar, e a proposta do Dr. Rosa Pires nisso, é a única saída possível. E é ainda no sentido de uma colaboração, é ainda no sentido de uma divisão de responsabilidades, que a Assembleia aliás, pode desde já, se quiser, dizer que não, e a Câmara fica sozinha com o problema e só traz o Plano de Urbanização para ser apreciado em termos de deliberação final, mais nada. Agora, realmente, Comissão de Acompanhamento, a questão é, acompanhar o quê? E a Câmara agora, o Sr. Presidente com certeza que poderá elucidar melhor, até que ponto é que há matéria acompanhável? É que o acompanhar aqui significa suscitar, uma solução definitiva diferente daquela que eventualmente está em projecto neste momento pelo gabinete. Ainda é possível isso? Dentro de que margem é que é possível isso? Qual é a latitude para essas mudanças se por acaso forem suscitadas soluções alternativas ao que está? O problema é este. Com Comissão de Acompanhamento não é possível. Ou o Plano de Urbanização fica pendurado e já não é neste mandato que se resolve, ou para ser neste mandato e recuperarmos o que é possível em termos de colaboração, eu digo colaboração, e não de discussão política e de debate e de divisão de opiniões, em termos de relação entre a Câmara e Assembleia Municipal, só realmente, substituir a figura da Comissão de Acompanhamento por esta Comissão de Apreciação, tão alargada quanto possível, para

significar o mais possível uma representação directa e uma representatividade desta Assembleia, de tal forma que obste a uma excessiva ou ainda necessária discussão em termos de deliberação. Era para isso que servia a Comissão de Acompanhamento, no fundo, não era só para controlar, era também para controlar, mas era sobretudo para coadjuvar e era finalmente, para facilitar a digestão final do Plano, quando ele viesse à deliberação, como tantas vezes aconteceu em relação a outros assuntos. Portanto, eu acho que neste momento, o que havia a dizer, está praticamente dito, salvo o devido respeito por outras intervenções mais brilhantes que aí venham é evidente, mas o ponto é este: para salvar isto e não estarmos a politizar em termos de campanha, de pré-campanha ainda antes do Verão, este problema, o que eu acho detestável a todos os títulos. Acho que a Câmara, realmente, deve ponderar muito bem se deve ou não reciclar a sua posição sobre este assunto, em termos teóricos e em termos práticos e ver que ainda há uma possibilidade de uma saída digna e produtiva que venha ao encontro daquilo que é mais importante de tudo isto. Que são, os interesses de Aveiro em ter um Plano de Urbanização, neste específico momento em que é gravíssima a situação potencial de descoordenação entre os Planos de Pormenor que estão todos a funcionar e alguns ainda por aparecer".

Vogal Custódio Ramos:

" Bom... eu não estou em campanha; e quero deixar muito claro: que todos os membros desta Assembleia, que falem até ao dia trinta e um de Dezembro. Ninguém está em campanha. Estamos no uso claro, exclusivo, do nosso mandato e a Câmara também. Eu, começava por dizer sobre este tema o seguinte: a Comissão de Acompanhamento morreu, paz à sua alma. A Câmara de Aveiro ou outra qualquer, qualquer Executivo, mas nomeadamente da Câmara de Aveiro, não pode propor a esta Assembleia que constitua uma Comissão Eventual ou uma Comissão permanente para isto ou para aquilo, está no Regimento. Portanto, nem se culpe nem deixe de culpar, ponhamos os pontos nos is; chamemos os bois pelos nomes. O Professor Rosa Pires, esse sim, propôs agora a constituição de uma nova Comissão. Ou vamos discutir essa proposta ou não vamos. Eu por mim, estou disponível para esse efeito, já estive disponível, aliás, da outra vez e discordei, vão ver a acta, da expressão acompanhamento, porque eu sabia que era impossível acompanhar um projecto tão global, tão abrangente, tão complexo, como era aquele. Isto é, o Sr. Professor Rosa Pires que é

professor catedrático dessa matéria, acreditou que sim. Eu chamei-lhe ingénuo, está na acta, obrigaram-me aqui da minha bancada a pedir desculpa, e eu leio: "Sr. Professor eu respeito-o muito, ingénuo politicamente, mas humanamente...". Eu não vou ler tudo, mas está aqui na acta. Agora, o que importa é sair disto. E não há cá eleitoralismo. Eu por mim, vou resumir isto em duas palavras: estou interessadíssimo em fazer parte da nova Comissão de preparação da apreciação que compete a esta Assembleia fazer do PU. Estou interessadíssimo, porque pode ser que se nós fizermos parte, ainda vamos obstar a que se construam mamarrachos em algum sítio ao longo de certas zonas críticas da Cidade. E se nós lavarmos as mãos como o Pilatos, se nos agarramos a questões de pergaminhos e dizer: ah! Deus me livre, agora no fim do mandato vamos fazer parte de uma Comissão, não sei quê... Cuidado! Estamos a dar de barato o ouro ao bandido; e eu isso não dou. Ou seja, quem é o ouro ou o bandido é uma coisa que se verá depois. O que importa, para sabermos isso é integrar as Comissões. Só que não são Comissões de Acompanhamento, serão Comissões de preparação dos trabalhos que compete à Assembleia. E então, preparemos melhor, preparemos pior, todos nós, obviamente que iremos, caso isto vá avante, munirmo-nos de documentos que a Câmara tem. Esses documentos poderão ser melhorados par facilitar a discussão nesta Assembleia no dia próprio. Desta, ou da próxima Assembleia, porque tratando-se, de preparar projectos duradouros, não importa saber se é desta Assembleia ou desta Câmara, é de Aveiro. Portanto, para resumir, paz à alma da ex-Comissão, que não foi por culpa do Partido Socialista que não se constituiu ou deixou de constituir, funcionou ou deixou de funcionar. E também não queremos o mérito ou demérito, da extinta Comissão. Portanto, se não funcionou, nós não sabemos porquê, nem nos compete saber, porque nós não estávamos lá. Quem lá esteve é que sabe. E as pessoas que lá estiveram, uns culpam a Câmara outros não, não somos nós que estamos a culpar nada, nós nem sabemos quem é a culpa, se nós nem estávamos lá. Nós é que somos os ingénuos, até podíamos saber e não sabemos. Para resumir, o Dr. Filipe Brandão, já deu a abertura e eu corroboro, pela minha parte, não tenho mandato expresso de ninguém, mas penso que seria útil, esta Assembleia tomar a iniciativa e o Professor Rosa Pires tomou, de constituir uma Comissão, de preparação, da apreciação do PU, que compete posteriormente à Assembleia Municipal aprovar quando for oportuno, seja

este ano, seja no próximo ano. O trabalho ficará para os nossos vindouros".

Vogal Rosa Pires:

"Eu acho que há aqui uma questão que está a ser talvez discutida em termos jurídicos ou coisa no género, do regimento da Assembleia, que eu acho que não é nesses termos que se coloca. A eventual criação de uma Comissão de Acompanhamento como foi feita, vem num âmbito muito claro, que é a preparação do Plano de Urbanização, isto é: quem tem o dever e a responsabilidade de preparar o Plano de Urbanização é a Câmara Municipal. Para preparar bem um Plano de Urbanização, tendo em vista o longo prazo, temos que necessariamente incluir, a meu ver, as diferentes forças político partidárias. Quem tem responsabilidade de preparar o Plano é a Câmara Municipal, para eu preparar um bom Plano de Urbanização, com credibilidade, eu tenho que criar, (se fosse eu não hesitaria) uma Comissão de Acompanhamento e, essa Comissão de Acompanhamento para apoiar a preparação do Plano, tem obviamente que trabalhar de perto com a Câmara Municipal, não pode trabalhar autonomamente. A Câmara Municipal pode dizer: A responsabilidade da elaboração do Plano não é minha, a Assembleia Municipal apreciará. Poderia fazer isto, agora se tiver a visão política para envolver outras forças partidárias, está interessada em que colaborem forças da Assembleia Municipal. E, se está interessada, faz esforços para isso. E a Comissão não morreu hoje, a Comissão de Acompanhamento morreu em Janeiro, quando um membro da sua bancada e eu próprio dissemos: a Comissão não tem condições de funcionar, porque já não havia uma força partidária e a outra demitiu-se. E o Sr. Presidente sabe disso. E não fez nada, não fez nada para animar Sr. Presidente. E, outra questão que eu queria aqui trazer é, que isto não pode agora, é óbvio que eu sugiro, mantenho, e acho que temos de ir para a Comissão de apoio, de apreciação, mas isto não pode ser tido como um arrufo de amigos, houve penalizações graves para Aveiro. Houve erros graves pela condução política deste processo e isto tem que ser reconhecido, não me interessa se é para votos nem se não, interessa-me é, que no futuro isto não aconteça. E este Executivo Municipal, que teve a experiência do Plano Director Municipal, devia estar vacinado para estas questões, devia estar a pensar que não pode fazer estas coisas sozinho, e não tomou as medidas que tinha que tomar. Isto tem que ser dito, para que

fique, pelo menos eu, bem com a minha consciência. Há erros graves que têm de facto, que ser superados.

Muito brevemente agora, em relação ao Partido Socialista. De facto, o tempo veio mostrar que eles tinham razão em desconfiar da vontade de colaborar da Câmara Municipal e porventura, da bancada do PP. Agora, isso não é a mesma coisa que dizer que tinha razão em não participar. Eu acho que tínhamos razão em querer participar e eu sempre mantive isso, permitiu expor erros que se cometeram, permitiu reconhecer dificuldades, permitiu espero, que muita gente se prepare para ultrapassar essas dificuldades. Há vias alternativas de gerir estes processos, espero que fique a vontade no futuro, de facto, assumirem essas vias alternativas".

Vogal Jorge Nascimento:

"Eu discordo em absoluto do Sr. Professor Rosa Pires, mas discordo em absoluto e digo-lhe com toda a franqueza porquê. Porque afinal, foi a Câmara que não se interessou? então a Câmara até veio à Assembleia dizer que se constituiu-se a Comissão e depois a Câmara tem que andar a rebocar a Assembleia! Se alguém tem culpa somos nós. A Assembleia é que não foi suficientemente viva para acompanhar a Câmara no seu vivo interesse, pelo andamento da Assembleia. Não vamos agora deturpar as coisas. E, houve uma força até, desta Assembleia, porque esta Assembleia não é só um partido, são quatro partidos, houve um partido até que nem quis, logo à partida. Então, que credibilidade merece para a Câmara uma Assembleia que se comporta assim. Isto tem que ser dito. É que tem mesmo que ser dito, neste aspecto, é verdade isso. A Câmara suscitou a questão e não foi acompanhada devidamente".

Presidente da Câmara:

"Muito obrigado Sr. Presidente. Já ouvi tudo, já ouvi muito, já ouvi críticas, já ouvi vontades de colaboração, propostas, e vou rapidamente pronunciar-me sobre o que foi aqui dito. Eu gostaria de deixar bem vincada de que, neste espaço de tempo, eu próprio tomei a iniciativa junto do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de dinamizar, de reconstituir a Comissão de Acompanhamento. As Assembleias Municipais não se fazem todos os dias, demoram meses, e entretanto houve alguma conversa e alguma discussão, porque eu sentia que não devia ser eu solicitar a reconstituição da Comissão de Acompanhamento. Devia partir do Sr. Presidente da Assembleia

Municipal. E isso, é que fez este atraso e o não funcionamento da Comissão. Mas não posso também, e daí aquilo que eu possa ter contribuído em atraso, portanto, assumo essa responsabilidade, mas a verdade é que também tenho que reconhecer que a Comissão não se dinamizou a si própria. No âmbito desta Assembleia são tomadas iniciativas, são feitas propostas, são constituídas Comissões para acompanhar ou para decidir, para aconselhar, e dinamizam-se a elas próprias, como aconteceu desde que eu estou a presidir à Câmara, como aconteceu várias vezes. Recordo aqui todo o trabalho na parte final do Plano Director, de acompanhamento desta Assembleia, o Cojo, e outras situações, que têm vindo aqui à Assembleia sempre com a abertura e com o desejo pessoal de que todos participem. Não houve da minha parte má fé e foi isso que me fez interromper à bocado o Sr. Professor. Senti muito, porque eu não tenho essa maneira de tratar, nem esse procedimento. Falhar, sou capaz de falhar, de não compreender tão bem, ou melhor, também pode acontecer, mas que da minha parte haja posições desse género, não há. Eu queria que isto ficasse aqui bem definido. E é como disse aqui há pouco, não sei quem, a própria Comissão ao constituir-se faliu também, mas isso não me compete a mim criticar, não se dinamizou. Não tenho reserva mental em termos políticos, longe de mim em pensar de estar a atrasar para criar problemas políticos. Que fique também este ponto assente, nem gostaria de ver o Planeamento, o Ordenamento do Território, aquilo que tanto nos preocupa politizado. Julgo ainda, que a reunião pública, daquilo que compreendi, que há dias se fez no Centro Cultural, não será a última, foi isto que eu entendi mesmo pela parte do gabinete. Compreendi também, que os trabalhos já efectuados, podem perfeitamente ainda ser acompanhados ou apreciados, como aqui agora foi feita a proposta. Portanto, eu peço muita desculpa, mas não assaquem totalmente ao Presidente da Câmara, o não funcionamento da Comissão. Terá de naturalmente, que ser distribuída essa responsabilidade por todos. É a minha vontade, e com toda a sinceridade não penso em eleições de modo algum, não há qualquer reserva, que a Comissão se reconstitua, se não for em termos de acompanhamento, seja em termos de apreciação, porque julgo que será sempre útil e, naturalmente, que não quereria aqui o Plano, não se definirá o Plano, sem que esta Assembleia conheça os elementos previamente. De maneira que fica ao vosso cuidado, a vossa colaboração, o reanimar da Comissão de Apreciação, para

*desenvolvermos um trabalho e aproveitarmos ainda o tempo que for possível".*

**Presidente da Mesa:**

*"Eu quero lembrar aos Senhores Deputados que o que está agendado e em discussão, é a criação de uma Comissão de Acompanhamento. Portanto, a Mesa tem que se cingir a este ponto da ordem de trabalhos, embora algumas bancadas tenham lançado a ideia de alterar e passar a funcionar uma Comissão de Apreciação, eu penso que deveria entrar uma proposta na Mesa, no sentido do ponto da ordem de trabalhos ser alterado. Não aparecendo nenhuma proposta, é evidente que a Mesa tem que pôr à votação o que tem agendado. O que vem levantar uma questão, é que se vamos para a votação uninominal, isto poderá ficar deturpado. Portanto, eu aqui punha este ponto à consideração das bancadas, porque, poderá acontecer que uma bancada seja majoritária e vote a favor e os outros votem contra, e não faz sentido que uma Comissão seja constituída só por representantes de um Partido. Portanto, isto pode acontecer".*

**Vogal Rosa Pires:**

*" Eu pedi a palavra, primeiro para responder um pouco ao que disse o Sr. Professor Celso, suponho que tenho esse direito e depois para fazer então a proposta que vou já ultimar. Em relação ao Professor Celso, eu gostava de dizer que eu não fiz qualquer julgamento de valor em relação às intenções. Constatei factos, e o que eu frisei e continuo a frisar é que a condução política deste processo, privou Aveiro, não só a respeito da Comissão de Acompanhamento, mas privou Aveiro de hoje ter uma situação, onde tinha discutido atempadamente quer o Plano Estratégico, quer o Plano de Urbanização, e hoje estava em condições de ouvir propostas sobre o futuro bastante mais fundamentadas. É um prejuízo efectivo e, portanto, julgo que qualquer precedente da Câmara, enfim, na minha opinião, devia ter essa preocupação e devia ter criado condições para que existissem, e foram factos. Em relação à proposta, eu gostava de facto apresentar a proposta, mas para isso pedia a suspensão por uns minutos desta Sessão, para que eu a pudesse redigir com alguma calma".*

*Entretanto saiu da sala o Vogal Victor Manuel da Silva Martins.*

Vogal Victor Mangerão:

*" Penso que se deviam reunir os líderes dos Partidos, para ver se chegam a um consenso quanto a essa solução e depois será mais participado ou menos participado, não é isso que está em causa. É, obter um consenso quanto à proposta de criação dessa Comissão de Apreciação. Acho que era bom que fossem os Partidos todos aqui representados, através dos seus líderes "*

Vogal Filipe Brandão:

*" Sr. Presidente, chegando a um ponto de equilíbrio entre a sua perspectiva, esta proposta do Professor Rosa Pires ou do Dr. Victor Mangerão, que também no meu ponto de vista será a melhor, só surgirá, se a proposta da Comissão de Acompanhamento chumbar, porque se de facto for aprovada, não tem cabimento estar a fazer uma outra proposta"*

Vogal António Salavessa:

*" Sr. Presidente, eu parece-me sinceramente que estamos aqui agora com uma questão formal que não faz sentido. Desculpe lá, às vezes não faz nada mal que um bocadinho de senso comum também caia aqui. O senso comum, Sr. Presidente, é que por pedido da Câmara foi agendado, um tempo de ordem de trabalhos desta Assembleia para que aquela Comissão viesse de novo a funcionar. É evidente, que isso teria sempre que passar por iniciativa de membros desta Assembleia. Nesta discussão, nenhum membro da Assembleia toma como objectivo ou como medida nenhuma proposta relativamente à velha Comissão, pelo que ela está naturalmente defunta. E durante a discussão, há um membro da Assembleia que quer apresentar uma proposta diferente, que se enquadra perfeitamente nesta ordem de trabalhos"*

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos durante dez minutos para os líderes de bancada redigirem a proposta.

Entretanto saiu da sala o Vogal Francisco Manuel Alves da Costa Braga.

Retomados os trabalhos o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Vogal Sr. António Salavessa para fazer a leitura da proposta a

fim de todos os Srs. Deputados tomarem conhecimento e devido à mesma não estar ainda passada a limpo.

Vogal António Salavessa:

*"Esta proposta mereceu o consenso de todos os representantes dos agrupamentos políticos e foi mandatado para a ler porque foi eu que a escrevi:"*

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

"Considerando:

a) que a revitalização da Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro (PU) está prejudicada pelas razões e circunstâncias clarificadas no decorrer desta Sessão da Assembleia Municipal;

b) que o papel da Assembleia Municipal na aprovação final do PU exige uma informação prévia, tão fundamentada quanto possível, a este órgão autárquico;

c) que, por consenso dos diversos agrupamentos políticos, se justifica recorrer, em alternativa, à constituição de uma Comissão de Apreciação do PU, no pressuposto de que será dada toda a colaboração pela Câmara Municipal;

d) que os trabalhos de uma tal Comissão poderão ainda contribuir para a melhoria qualitativa do PU, com evidente interesse para a população do Concelho.

A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida em 30/06/1997, decide:

Constituir, nos termos regimentais, uma Comissão Eventual de Apreciação do Plano de Urbanização, composta por dez membros, sendo três do CDS/PP, três do PSD, três do PS e um da CDU, a serem indicados pelas respectivas bancadas."

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa submeteu a proposta de deliberação à votação tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

A seguir e dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar.

## 2ª PARTE

Pelas 22:00 horas, retomaram-se os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Rogério da Silva Leitão, Primeiro Secretário, António Sousa Dinis Correia, Segundo Secretário, Artur Lopes Lobo, em substituição do titular do cargo e com os Vogais, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Soares Machado, João Tavares Duarte, Artur da Rosa Pires, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Manuel Ferreira Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Lourenço Martins dos Santos, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Álvaro Patrício do Bem, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madaíl, Manuel Rodrigues Simões, José Ferreira de Almeida, Élio Manuel Delgado da Maia, João Pedro Simões Dias, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, João Gabriel Ferreira Santos, José Alberto Martins de Carvalho, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, Victor Manuel da Silva Martins, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Raúl Ventura Martins e Libério da Silva Santos.

Retomados os trabalhos deu-se continuidade à agenda de trabalhos para esta Sessão.

**PONTO N.º 3 - PLANO DE PORMENOR DO PICÓTO, EM OLIVEIRINHA - APROVAÇÃO**

*Deliberação da reunião da Câmara Municipal de 96-12-16 PLANO DE PORMENOR DO PICÓTO - OLIVEIRINHA: - Na sequência da deliberação tomada na reunião de 27 de Maio, último, o Vereador Sr. Eng.º Vítor Silva deu conhecimento ao Executivo que terminou já o período de inquérito público relativo ao Plano de Pormenor em epígrafe, tendo, de seguida, o técnico responsável pela sua elaboração transmitido à Câmara que o mesmo não mereceu, da parte do público e mesmo da Junta de Freguesia, qualquer reclamação ou comentário, pelo que poderá ser submetido à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do n.º 6 do art.º 14º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março.*

*Assim, foi deliberado, por unanimidade, de acordo com o preceituado na citada disposição legal, submeter o referido Plano de Pormenor à aprovação da Assembleia Municipal.*

*O Vereador Sr. Eduardo Feio apresentou a seguinte declaração de voto: "Voto favoravelmente o envio do Plano de Pormenor para aprovação, tendo em atenção as informações prestadas pelo autor do Plano, relativas aos resultados do inquérito público e a referência da concordância do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Oliveirinha."*

Seguidamente usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação do Plano de Pormenor, cujo documento foi previamente distribuído por todos os Deputados desta Assembleia. Colocando-se de imediato à disposição dos Srs. Deputados Municipais para eventuais esclarecimentos.

Aberto o período de pedidos de esclarecimentos, usou da palavra:

Vogal Cruz Tavares:

*"Queria só fazer dois pedidos de esclarecimento, um ao Sr. Presidente da Câmara outro ao Sr. Arquitecto. Em relação à Câmara e à intervenção da Câmara, está incluído nos elementos que nos foram fornecidos o esquema de financiamento. Há aqui duas fontes de financiamento, um da Administração Local, outro dos Fundos Comunitários. Aparecem as infra-estruturas e o equipamento listados nesse planeamento. Feitas as contas, as infra-estruturas e o equipamento rondarão cerca dos duzentos e cinquenta a trezentos mil contos. Pergunto, se esta Câmara tem este valor cabimentado, ou pelo menos programado, ao longo dos anos e em que termos? Perguntava também à Câmara, se o Centro Cultural que está previsto, não foi incluído na relação dos equipamentos não aparece aqui, nem cabimentado, nem com origem de dotação definida? Isto em relação à Câmara. Em relação ao Plano propriamente dito, eu gostava de salientar aquilo que me parecem duas pequenas fragilidades, passo a expressão, porque de resto parece-me que o Plano ultrapassou os pontos críticos que normalmente aparecem nestes planos que são: o estacionamento e as zonas verdes: estão bem resolvidos a meu ver. Há duas questões, que não sei se poderão ou não ser ultrapassáveis, uma delas julgo que não será, mas a outra talvez seja. Por isso pedia ao Sr. Presidente da Mesa se me podia aproximar da mesa, onde está a planta".*

Presidente da Mesa:

*"Enquanto o Sr. Engenheiro se aproxima, faz favor Sr. Eng.º, se estiverem de acordo eu iria dar a palavra à Câmara Municipal e ao Sr. Arquitecto Osório a seguir ao Eng.º Cruz Tavares, talvez facilite mais a troca de impressões e depois a seguir daria a palavra ao Sr. Custódio Ramos".*

Vogal Custódio Ramos:

*"Por uma questão de metodologia e sem prejudicar minimamente a intervenção do Eng.º Cruz Tavares, que eu pessoalmente gostei muito de ouvir. Eu sugeria à Mesa, que puséssemos aqui primeiro uma questão de perguntas de ordem instrumental. Quer dizer, o Sr. Arquitecto está ali próximo, e nós respondíamos às questões avulsas instrumentais e depois o Sr. Eng.º e outras pessoas, fariam as apreciações*

posteriores mais de fundo. É este tipo de questões instrumentais que eu primeiro queria suscitar, e então depois vamos às questões de fundo que tenho a certeza vão ser úteis, do Sr. Eng. Cruz Tavares e de outras pessoas. Queria também fazer uma afirmação para discordar do Sr. Eng.º Cruz Tavares, que tem muita experiência disso, foi Vereador muitos anos, há aqui uma questão de fundo, que é: Quem responde perante a Assembleia é a Câmara, e o Sr. Presidente da Câmara. Portanto, não há perguntas feitas ao Sr. Arquitecto. As perguntas são todas feitas à Câmara, independentemente de cada um de nós dizer, que pergunta a este ou aquele. Portanto, é clarificar logo de princípio, não há perguntas feitas ao Sr. A nem ao Sr. B. o Sr. Presidente da Câmara, se não souber ou não quiser responder, só tem que fazer o favor de dizer, a essa questão responde o Sr. Arquitecto".

Vogal Diogo Machado:

"Só para perguntar à Mesa da Assembleia, na pessoa do Sr. Presidente, se me outorgaria a mim, o mesmo direito de lhe explicar e ensinar como o Sr. devia dirigir os trabalhos desta Assembleia. Muito Obrigado".

Presidente da Mesa:

"Portanto, Sr. Eng.º Cruz Tavares, faz favor de continuar as perguntas, que depois o Sr. Presidente da Câmara orientará conforme entender".

Vogal Cruz Tavares:

" Muito obrigado, Sr. Presidente. Estas perguntas são naturalmente dirigidas ao Sr. Presidente da Câmara, que me parece pelo andamento dos trabalhos as remeterá em directo para o Sr. Arquitecto. Mas, eu gosto muito do Sr. Arquitecto, do Sr. Presidente da Câmara, gosto de todos, mas claro que quando falo, é sempre para o Sr. Presidente da Câmara.

Há a meu ver duas fragilidades no Plano, apesar de os pontos críticos estarem resolvidos e muito bem resolvidos, o que, no caso destas fragilidades não serem resolvidas não impedirão a minha aprovação. A primeira fragilidade, que eu acho que será dificilmente ultrapassada, é o facto de existirem algumas bandas, em que a orientação é Norte e, portanto, só com uma valorização das fachadas posteriores, da

metade posterior destas moradias, as tornarão minimamente habitáveis. Esta fragilidade, poderia apenas ser ultrapassável com uma grande ousadia da parte do autor do projecto, o que reconheço que numa Câmara é muito difícil ter a veleidade de ser ousado para além de determinados limites. Este ponto julgo que é dificilmente ultrapassável. A outra fragilidade que me apareceu à primeira vista quando olhei para o Plano, é que, houve a preocupação de isolar uma zona mal cheirosa, digamos assim, ou potencialmente mal cheirosa que é a ETAR com uma cortina verde, muitíssimo bem. O conceito é esse e, foi aqui apenas parcialmente realizado. Eu já falei com o Sr. Arquitecto, eu julgo que ele não se oporá, o Sr. Presidente dará a sua opinião, enfim. É que há aqui dois lotes, que se fossem eliminados permitiriam o fecho completo da cortina verde em volta da ETAR. O que eu proponho, e sem grande prejuízo para o Plano, é que estes dois lotes sejam eliminados e que a cortina verde feche em torno da ETAR".

Presidente da Câmara:

"Falou do financiamento, penso que a preocupação era saber a programação em termos de tempo. A resposta que lhe posso dar é que a programação é feita anualmente através do Plano de Actividades. Aquilo que está no documento já define fases. Agora, anualmente terá que ser integrada a verba, digamos assim, que a Câmara pensa em termos de Orçamento possível avançar. Não é fácil neste momento dizer por quantos anos e quanto vai cair em cada ano".

Vogal Cruz Tavares:

"É só uma questão, é que aos urbanizadores particulares a Lei e a Câmara como agente da Lei, obriga a que todas as infra-estruturas estejam concluídas antes de iniciado, não só a construção, mas até a publicitação da venda dos lotes. Portanto, este calendário tem uma limitação legal, e eu perguntava e era esse o alcance da pergunta, se a Câmara se compromete a concluir as infra-estruturas dentro da limitação legal".

Presidente da Câmara:

"São terrenos particulares. Com certeza que as negociações serão feitas para desenvolver o projecto, para pôr o Plano em execução, a Câmara tomará a iniciativa de ir abrindo os arruamentos, e aí as fontes de

*financiamento serão procuradas, quer naquilo que é referido, quer dos particulares, e acompanhará o processo de desenvolvimento do Plano. É esta a resposta que eu posso dar".*

Vogal Cruz Tavares:

*"É correcto e é lógico, que as infra-estruturas acompanhem a execução de preferência antes do início da execução, excepto a ETAR. E era esse o compromisso que eu queria que a Câmara assumisse. O primeiro fogo construído poderá ser ligado à ETAR?"*

Presidente da Câmara:

*"Penso que sim, até porque temos que resolver o problema da construção já existente. A construção já existente, obriga-nos a que a ETAR avance rapidamente. Mas, o Sr. Arquitecto Osório poderá dar uma informação mais concreta. Quanto à fase referida relativamente à ETAR, o Sr. Arquitecto também poderá acrescentar, mas eu não vejo qualquer dificuldade em subtrair os dois lotes".*

Arquitecto Osório:

*"O que o Sr. Eng.º Cruz Tavares estava a propor era, pelo que eu percebi, que esta cortina verde viesse até junto ao arruamento. Isto, francamente, não tenho nada a opor nem a deixar de opor. É uma opção que não acho gravosa de maneira nenhuma, só gostaria de propor aqui uma questão à Assembleia, se me permitirem. Era que não fosse impeditivo de o processo ter o seu normal andamento, por conseguinte, com a rectificação que ficasse em acta, de forma a não termos que voltar a trazer, por uma questão destas, se for esta questão só, não sei há mais questões. Mas, se for só esta a questão gostaria que ficasse explícito".*

Presidente da Câmara:

*"Pronto, a resposta é esta: estamos de acordo com essa questão que foi levantada de facto, de fazer a rectificação, ficando na acta, que será depois o mapa melhorado em termos de supressão desses dois lotes".*

Vogal Custódio Ramos:

*"Sobre essa questão o Sr. Arquitecto já esclareceu que não faz parte. O que eu queria sugerir é, que se não faz parte, não tem que constar*

da planta de síntese que é distribuída, isto é, há aqui uma questão de fundo que é, um Plano de Pormenor nos termos em que é elaborado e tem que ser elaborado, na sequência e na execução, do Plano Director Municipal. Penso que esse Plano de Pormenor devia ter um enquadramento, ou melhor, ele tem certamente, só que aqui não diz, que se trata no fundo do PP n.º 55, salvo erro, da relação que integra o PDM, e aqui não diz e devia dizer. Tal como logo de início, o texto do regulamento, devia dizer quais são os documentos que fazem parte integrante deste Plano de Pormenor, que é o instrumento de ocupação do território, de implantação em pormenor, de todo e qualquer edifício que lá se construa e, efectivamente, se nós tivermos o cuidado de compararmos o texto do PDM, regulamento, e com este texto, encontramos aqui grandes diferenças. Eu não irei dizer que o texto que está mal, não é essa a questão, mas está de facto bastante incompleto. Ele devia dizer expressamente, quais são os documentos que integram este Plano. Está na lei, já ouvi alguém comentar. Não me interessa que esteja na lei, o que me interessa é que, se um Dr. Juiz, e o Sr. já foi juiz sabe isso, tem um processo em tribunal e disser: "que isto integra este processo", integra mesmo. Se não disser, não integra ou pode não integrar. Aqui é a mesma coisa. Nós no PDM, sabemos quais são os documentos que integram, faz parte integrante, e aqui não sabemos. Só sabemos que pode fazer parte uma planta de síntese anexa, mas cá não diz expressamente, e não sei se faz parte mais qualquer coisa. Essa é uma questão.

E outra questão que é, o texto de regulamento obedece, estive a observá-lo e, obedece em síntese, ao regulamento e às exigências do PDM. Não vou afirmar que se trata de um regulamento de hierarquia inferior, que não é o caso, porque não há regulamentos de hierarquia inferior uns aos outros, em matéria desta de planeamento e ocupação de solos, mas são instrumentos do mesmo nível, mas na medida em que são posteriores, este é posterior ao outro, poderá eventualmente alterar o outro nalguma coisa, e era preciso que se dissesse se altera ou não. Eu vi que não pretende alterar. De qualquer forma, convinha enquadrar este regulamento logo de início, dizendo que é elaborado ao abrigo desta ou daquela norma da Lei, aqui não diz, e invocar o PDM naquilo que seria necessário, cá também não diz. Depois, só para concluir, segue uma numeração, que de regulamento não tem nada; um ponto um, um ponto dois, um ponto três, um ponto cinco, um ponto catorze e um ponto quinze. Quer dizer, nós vamos comparar com o texto do PDM e verificamos que

*esse sim, segue a tradição da forma de elaborar regulamentos: art.º 1º; art.º 2º; art.º 3º; com parágrafos, com números, com alíneas, etc.. Isto aqui não, isto aqui é mais uma memória descritiva com todo o mérito do arquitecto ou da equipa que fez isto, só que eles não são juristas, eles são técnicos, e elaboraram na linguagem que lhes diz respeito e muito bem. Só que, isto vem cá por proposta, não pelo arquitecto A ou B, isto vem aqui por proposta da Câmara. Daí que este regulamento, devia, como qualquer outro, assumir uma linguagem e uma sequência, uma numeração própria dos regulamentos e não propriamente de memória descritiva. Isto para não falar no descuido, por exemplo o art.º 1.2, que diz: que o cumprimento do R.G.E.U, em todos os artigos é de cumprimento obrigatório. Quer dizer, o cumprimento é de cumprimento obrigatório. Isto é uma incúria por parte da Câmara, como é costume, nas coisas que traz a esta Assembleia, e que de facto, podem induzir a que haja pessoas que vêm dizer que, nós na oposição, de facto, só atrapalhamos. A Câmara, de facto, é que se atrapalha a si própria, ao apresentar a esta Assembleia, com esta incúria, estes textos, como eu acabei de demonstrar e poderemos aprofundar, numa intervenção subsequente".*

Entretanto deram entrada na sala os Vogais, Olinto Henrique da Cruz Ravara e Gonçalo Nuno Caetano Alves.

Presidente da Câmara:

*" O que eu posso dizer sobre esta matéria, é que é um trabalho muito técnico, um trabalho portanto que a nós, nos é também apresentado, conforme está aqui a ser apresentado, é estudado, há pequenos pormenores que nos escapam, mas eu julgo que o Sr. Arquitecto completará, que pode ser reformulado o texto, pode ser acrescentado o texto destas achegas que o Sr. Custódio Ramos aqui colocou. Porque melhora o texto e definirá alguma situação que aqui foi levantada em termos de falta do enquadramento legal, da referência aos documentos, poderá ser melhorado e, portanto, satisfaça essas questões postas pelo Sr. Custódio Ramos".*

Arquitecto Osório:

*" O Regulamento foi discutido com a Dr.ª Margarida Bento da CCRC, e não foi posta qualquer questão relativamente a qualquer articulado daquilo que compreende. Como são as pessoas que mais*

habilitadas estão nesta área, pelo menos na região, eu entendi que estaria correcto, de qualquer maneira haverá outros entendimentos".

Vogal Diogo Machado:

" Sr. Presidente, duas pequenas questões em relação a este Plano de Pormenor, praticamente genéricas, uma delas de pormenor e vinda de um leigo. Obviamente que farei a intervenção dirigida ao Sr. Presidente da Câmara, mas é óbvio, que também gostaria de ver a resposta proferida pelo Arq. Osório. E é exactamente em relação àquela área verde circular em baixo, que eu perguntaria, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara ao Sr. Arquitecto Osório, se uma das soluções para o fecho completo será a eliminação de um fogo de cada lado. E eu perguntaria primeiro, qual é o diâmetro teórico, se essa circunferência estivesse fechada e se, teoricamente ou na prática, não haveria hipótese de encurtar esse diâmetro para que essa cortina verde pudesse ser fechada da mesma forma, sem a eliminação dos dois fogos. Isto é só uma pergunta, mais para um esclarecimento meu.

Agora, rápido também, e também dirigida ao Sr. Presidente da Câmara, lhe garanto que não é nenhuma observação ou correcção em termos jurídicos, como a nossa mais nova e brilhante aquisição, por parte da bancada do PS, aqui explanou tão bem, é simplesmente e, porque, não tenho hipótese de o fazer directamente ao Sr. Presidente da Junta de Oliveirinha, que outros destinos se calhar mais importantes o conduzem para fora desta Assembleia (mais amiúde, quanto mais perto de Dezembro estamos), mas gostaria de fazer então por interposta pessoa, ao Sr. Presidente da Câmara, a seguinte questão que é: em relação a este Plano e à parte das correcções jurídicas, práticas e técnicas, se calhar todas com cabimento que aqui foram propostas, qual a opinião do Presidente do Presidente da Junta de Freguesia, se é que alguma vez a veiculou a si, após um longo período de publicitação deste Plano, até, qual o sentimento do Presidente da Junta de Oliveirinha em relação a este Plano, se ele próprio lhe propôs a si, Sr. Presidente, como bom Presidente de Junta que eu sei que é, algum tipo de correcção a este Plano ou se, pelo contrário, assumiu e aceitou este Plano como um bom Plano para a sua freguesia".

Arquitecto Osório:

"A Junta de Freguesia de Oliveirinha acompanhou a execução do Plano nas suas diversas fases, por conseguinte, penso que isso é

suficiente, chegou-se a esta fase final com a concordância. Ao longo do desenvolvimento do Plano, foi aconselhando no fim de contas diversos pormenores que foram sendo contemplados quando era de contemplar ou não quando não eram de contemplar, como é evidente. Aqui esta abertura, é cerca de sessenta metros, não tenho aqui uma escala para poder medir isto, de qualquer forma, não tem tanto a ver com o manter ou fechar o círculo, porque isto alberga aqui por baixo a estação de tratamento e que não tem propriamente a ver com o círculo, tem mais a ver com uma forma urbana, que pode-se continuar ou não a cortina verde que está aqui desenvolvida. Eu, francamente, não vejo qualquer obstáculo a que se continue a cortina verde com ou sem casas. Não é significativo".

Presidente da Câmara:

"O Sr. Arquitecto deu logo a resposta, estou em concordância com aquilo que ele disse, reafirmo que, de facto, que até pelo entusiasmo que o Sr. Presidente de Junta de Oliveirinha coloca nas coisas eu tenho a impressão, que enquanto foi elaborado não deve ter havido oito dias que não tivesse estado com o Sr. Arquitecto, a procurar saber o que é que ia fazendo, como é que ia andando e tudo o que ali está foi do conhecimento do Sr. Presidente da Junta, que como digo, de perto acompanhou sempre este processo.

Relativamente à ETAR, se calhar penso ser útil a questão posta do Sr. Eng.º Cruz Tavares em termos de protecção, em termos de definição de afastamento desses dois lotes, uma vez que, a ETAR, por mais correcta que esteja e que funcione, pode causar algum transtorno".

Vogal Custódio Ramos:

"Eu neste tipo de questões de loteamentos, neste tipo de urbanizações, há uma coisa sempre que me preocupa, que é, primeiro não sou dono lá de nada daquilo mas preocupo-me com quem é dono. Isto é, porque é que um desgraçado lhe toca uma zona verde e vem outro que fica com muitos lotes de construção? A questão que eu coloco muito sinceramente é, a Câmara acha que utilizou os melhores critérios em ordem a uma certa justiça a um certo equilíbrio, por todas as pessoas. Pedia um comentário à Câmara sobre esta minha preocupação no sentido do equilíbrio da justiça entre as pessoas".

Presidente da Câmara:

*"Ninguém melhor que o técnico (foi ele que o fez), para dar resposta. Mas em todos estes planos há sempre o cuidado da Câmara Municipal de conhecer bem o cadastro da área que está a ser trabalhada e tentar corresponder, a que todos possam também obter vantagens. Claro que isso é impossível, na medida em que há razões ecológicas, há razões em termos de planeamento, que impedem que todos sejam beneficiados. Mas por outro lado, a questão da zona verde, tem o mesmo peso em termos de expropriação, em termos da compra por parte da Câmara para manter essa zona verde, tem o mesmo peso em termos de custo, em termos da Lei. Não pode dizer-se que se vai adquirir aquela área por um preço baixo, ele é equilibrado em função da mais-valia que outros obtiveram. Isto é o que a Lei geral obriga em termos de negociação e em termos de expropriação. Portanto, normalmente e porque planejar não é só fazer no papel, é preciso viver a parte, enfim, física, há uma preocupação de encontrar, inclusivamente, uma possibilidade de fazer lotes em comum, troca, permuta entre as pessoas para que todos possam tirar daquilo que é seu, também tirarem algum proveito e que é de facto a grande procura dos munícipes. Agora, nem sempre isso pode acontecer. Foi entendido que em termos de planeamento, aquela linha de água era o local apropriado para ter uma zona verde bonita. E, são os estudos, são os Planeadores que nos colocam estas situações com as quais o Poder Político concorda porque corresponde. Toda aquela zona que ali está, é uma zona inclinada, é uma zona, de facto, que vai encontrar-se com a linha de água em que a construção, portanto, seria mais complicada".*

Vogal Rosa Pires:

*"São coisas da ordem geral, mas depois há dois aspectos mais concretos. Este é, provavelmente um dos primeiros Planos de Pormenor não sei se posso chamar da nova geração, mas que à partida deviam encontrar aqui um ambiente diferente de apreciação. E, é sobre este assunto que eu acho que vale a pena reflectir. Primeiro, por exemplo, como é que esta estratégia para aquele espaço se enquadra na expansão de Oliveirinha. Isto é, nós somos obrigados a dar uma opinião sobre um Plano de Pormenor, mas não sabemos, não temos a mínima ideia, como é que o aglomerado de Oliveirinha se vai expandir e qual é o papel que este trouxe, ou que o tecido urbano tem em Oliveirinha. Não temos, por exemplo também ideia nenhuma sobre as carências, não nos é dada aqui,*

para nós tomarmos opinião, sobre as carências sobre o tecido urbano envolvente. Há algumas carências que este troço pode ajudar a superar? Falámos que era preciso uma ETAR, não sei se isso corresponde apenas a meia dúzia de alojamentos ou de fogos, mas se é um aspecto mais vasto. Isto é, qual é o contributo específico que este troço de tecido urbano vai dar para Oliveirinha. Nós estamos a falar de Oliveirinha, amanhã podemos falar de Aveiro, falar do Plano de Pormenor da zona de Aveiro ou de qualquer outra freguesia. Não temos estas informações. Têm que nos ser dadas para nós podermos formar opinião. Outros aspectos que eu acho que estão aqui carentes, alguns deles muitos, aliás como disse o Sr. Custódio Ramos, porque é que não nos aparecem aqui os pareceres, que foram emitidos por diferentes instituições? Seriam com certeza, elementos de formação de opinião interessantes, ver como é que eles foram tidos em conta, como é que eles influenciaram este processo, por exemplo, o resultado da consulta pública. Nós não sabemos quantas pessoas levantaram objecções, que tipo de objecções é que levantaram, qual foi a resposta que os responsáveis do Plano deram a essas objecções. Eu contactei, o Sr. Presidente da Junta de Oliveirinha e ele disse-me que não houve objecção nenhuma, mas isto não existe aqui, não sabemos, temos que dar a nossa opinião sem ter essa informação. É claro que a podemos procurar, mas porque é que a Câmara não facilita à partida esta tarefa? Outro aspecto, que me parece importante, é perceber porque é que isto surge. Eu é a primeira vez que estou a ver, pelo menos não tenho memória de ter visto este Plano anteriormente, pode ter vindo aqui a outras Assembleias Municipais anteriores, mas porque é que surge? Qual é o Problema a que ele procura dar resposta? Há uma procura de habitações, há uma dinâmica de construção, há uma oportunidade qualquer que se teve que tirar partido; eu não sei porque é que ele surge aqui e a que é que ele deve responder, quais são as necessidades da população a que ele deve ir ao encontro. E, obviamente, se por exemplo, eu depreendi da conversa que tive com o Sr. Armando Vieira, que havia, por um lado, pessoas locais que tinham dificuldades em ter a habitação e queriam a procura por outro lado, havia pessoas de fora que inclusivamente trabalham em Aveiro e que queriam ter lá habitação. Há ou não há mecanismos previstos para ir ao encontro disto? Isto é, se há determinados estratos sociais a que se quer chegar. Há algum mecanismo que tente facilitar isto? Não sabemos de nada, não sabemos quem é que lá vai ficar.

Por último, uma questão que levantou aqui e eu acho muito bem, o Sr. Custódio Ramos, que é a preocupação com a estrutura fundiária e qual é o reflexo disto. Até que ponto, os proprietários estão envolvidos na elaboração do Plano, até que ponto, se de facto há acordos para a execução disto, quais foram eles? Isto é, como é que se conseguiu, que os proprietários se pusessem de acordo para fazerem as coisas acontecerem. Para se ir então ao terreno, como disse o Sr. Presidente e bem, fazer com elas apareçam. Nós não sabemos de nada. Isto pode ser mais um Plano de papel, que depois confrontado com a prática não vai dar nada!? Nós não sabemos, se calhar vai, porque se calhar há mecanismos, tanto quanto nos foi dito, mas nós não sabemos de nada.

Por último, as questões de pormenor. Aquelas traseiras, voltadas para uma zona, que à partida é nova, que é zona verde, que se vê por cima da ETAR, há uma faixa que tem zona verde e depois tem casas com traseiras; não me parece uma solução feliz. Não sei dizer mais nada, não sou um especialista neste domínio, acreditem. Não me parece uma solução feliz, ter para uma zona relativamente nobre, as traseiras de umas casas. Como é que se procurava uma outra? Também não lhe sei responder, só sei que a situação não é feliz.

Segundo aspecto, apesar de ser dito que correspondem ao PDM, há aqui algumas situações que me deixam dúvidas, que vão de encontro àquilo que o PDM estipula. E era só um alerta para que não haja depois situações desagradáveis".

Vogal Custódio Ramos:

"Sr. Presidente, a discussão destes documentos, desses instrumentos costuma ter uma abertura maior. Não sei se estou a incomodar os trabalhos da Assembleia, conforme já disseram aí. Quero conduzir o processo de forma construtiva. A intervenção do Professor Rosa Pires, fez-me lembrar agora, que o próprio Sr. Armando Vieira, está sempre muito preocupado com uma questão dos anexos, que o PDM é restritivo, não sei quê. Ora bom, nós estamos precisamente agora, a legislar para Oliveirinha, e estamos a adoptar nessa matéria dos anexos precisamente as mesmas medidas constantes do PDM. E, podíamos alterá-las caso a Assembleia assim entenda. Este instrumento pode alterar o outro, só porque o outro é mais abrangente, nós podemos alterá-lo. Eu não estou a propor que o alteremos, estou apenas a dizer que, tenho estado sensível, muitas das vezes, às intervenções do Sr. Presidente da Junta de

Oliveirinha e nós neste caso, estamos precisamente a legislar, para a sua terra. Ele não está cá e é pena, porque talvez pudéssemos ajustar melhor, essa questão das áreas relativas aos anexos e em que este Regulamento vai ser tão rigoroso. Outra questão, que é, não sei se a Câmara se apercebeu que, precisamente no dia de S. João, vinte e quatro de Junho, estes Regulamentos do 69º, foi alterado, o Decreto - Lei 69/90, ou seja, a planta de implantação, que é esta planta de síntese que temos aqui, tem que ter agora obrigatoriamente, o parcelamento, os alinhamentos, etc., ou seja, aquela preocupação que há bocadinho manifestei sobre, a posse dos terrenos, o cadastro, têm que estar, tem que integrar um dos anexos, seja nesta planta de síntese ou noutra, e de facto, este processo é omissivo nessa matéria. Para resumir e para concluir, eu diria o seguinte: eu ando nestas andanças das autarquias há uns anos largos e, o Sr. Arquitecto Osório também, e às vezes entendemo-nos outras vezes desentendemo-nos. Numa coisa eu reparo neste trabalho, é que, permita-me Sr. Arquitecto e permita-me Sr. Presidente da Câmara que, não vejo diferença nenhuma, do ponto de vista da apresentação do dossier que hoje nos é presente para apreciação, não vejo diferença nenhuma entre aquilo que se fazia há dez anos atrás ou há cinco e há seis, e aquilo que agora é exigível, face à existência de um Plano Director Municipal e a toda a legislação que rege a construção destes Planos de Ordenamento do Território. Não vejo diferença nenhuma. Continua-se a apresentar, tal e qual, como se apresentava aqui há uns anos atrás. É pena. É pena que não se faça referência, a que houve, um determinado período de audição pública, é pena que não se diga que seguiram minimamente as regras do PDM e outra legislação em torno da matéria. É pena, que não se defina a preocupação da Câmara em prosseguir, efectivamente, todos os Planos, os constantes do Plano Director Municipal, que não se faça toda uma descrição e uma filosofia, não se explique, não se explicita, tendente a que isto seja um instrumento, em que cada um de nós ao aprová-lo em consciência saiba, se está a complementar o PDM, se está a alterá-lo ou o que é que está a fazer. Sr. Presidente, sem prejuízo do mérito que isto tem, que o tem, tem muito trabalho, eu permito-me Sr. Presidente dizer que, está muito incompleto e, eu fico muito triste porque, depois de termos um Plano Director em execução, eficaz, devíamos agora ter o cuidado de que, cada instrumento dos inúmeros previstos no PDM, quando aqui viesse, esta Assembleia fosse só dizer "yes man", nós aprovamos. Este não está na fase do "yes man".

Entretanto saiu da sala a Vogal Virgínia Celeste da Silva Veiga.

Vogal Diogo Machado:

*"Em primeiro, é em relação à metodologia que o Sr. Presidente está a utilizar para conduzir estes trabalhos, porque o meu colega, vogal desta Assembleia, Sr. Custódio Ramos, a propósito de intervenções de outros meus colegas de Assembleia, já fez três intervenções, que somaram no total vinte e nove minutos e trinta e dois segundos Sr. Presidente. Portanto, isto é só uma interpelação à Mesa, no sentido de perguntar, se a Mesa entende que esta é a melhor maneira de conduzir estes trabalhos, ponto um. Ponto dois, Sr. Presidente, a mesma interpelação à Mesa para que através de si, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e se entender por bem, coloca ao Sr. Presidente da Câmara, a pergunta seguinte: se é, e por alguma vez, em alguma fase de acompanhamento profícuo da elaboração deste Plano, como aqui foi referido tanto, pelo Sr. Presidente da Câmara, como o Sr. Arquitecto Osório, que o Presidente da Junta de Oliveirinha, efectivamente, produziu e acompanhou, se em alguma vez, ao longo do processo de acompanhamento que o Sr. Armando Vieira fez deste Plano de Pormenor, se alguma vez, repito, falou nos anexos, que ele tantas e tantas vezes aqui defendeu, a propósito das alfaias agrícolas e das adegas, para este Plano de Pormenor do Picôto".*

Presidente da Mesa:

*"Em relação ao primeiro ponto, parece-me que o seu procedimento de facto equilibra e dá resposta já há dinâmica que a Mesa está a permitir aos trabalhos. Portanto, que se fez também o desenvolvimento da pergunta que já inicialmente tinha, complementou com mais algumas coisas, como o Sr. Custódio Ramos fez. E, como a Mesa permitiu, porque já de início se disse que se procuraria dar, inclusivamente, um tratamento diferente a este tipo de trabalho, permitindo que a Câmara e o Sr. Arquitecto, respondesse a cada uma das intervenções e isso foi feito, exactamente com a intenção de permitir um maior alargamento da discussão, e dentro dessa filosofia, permitiu-se que o Sr. Custódio Ramos usasse duas vezes mais da palavra, não quer dizer que isso se possa generalizar permanentemente. Mas, na medida em que haja possibilidades de permitir uma discussão mais alargada e mais*

*desenvolvida, se isso for benéfico para o trabalho que se está a fazer, a Mesa aceita perfeitamente. É claro, que se houver exageros e as pessoas passarem a aproveitar essa oportunidade para quaisquer outro tipo de debates ou questões sem interesse para o trabalho que está a realizar, evidentemente, que a Mesa terá que cortar, mas na medida em que se veja que são intervenções úteis ao estudo do Plano de Pormenor que estamos aqui a apresentar, é evidente que a Mesa não vai tirar a palavra".*

**Presidente da Câmara:**

*"Este Plano surgiu em função da urbanização já existente. Há já uma quantidade de edifícios construídos de uma urbanização que é feita pela própria Câmara, são adquiridos os terrenos para dar resposta à procura de construção por parte de particulares, queriam ter a sua moradia. Isso foi acontecendo, no decorrer dos anos, em várias freguesias, foram sendo adquiridas parcelas de terrenos, com estudos urbanísticos e, postos à venda em hasta pública e, até nalguns casos, não em hasta pública, mas ao abrigo também, da deliberação tomada na época, são poucos esses casos, na parte do Griné aconteceu, de casas para jovens casais, para pessoas que podiam investir e construir, portanto, a sua própria habitação. Um processo, também, de certo modo expedito para encontrar habitação para quem precisasse. Portanto, ele enquadra-se, naquela ligação que foi considerada aqui a mais, faz a ligação com o aglomerado urbano, dá seguimento já a algumas casas antigas, essencialmente, na estrada que liga a Requeixo e, uma vez implantado naquele morro, toda a urbanização que referi, tivemos a preocupação, nós e Junta de Freguesia, de fazermos o enquadramento melhor daquele bairro e prolongá-lo, criando novas hipóteses para auto-construção. Esta é a explicação e também porque, no fundo, já foi enquadrado, toda aquela área, foi inserida no Plano Director, que considerou, portanto, que ali poderia haver construção e era obrigatório consequentemente, o Plano Director. O mecanismo, eu penso que terá passar, pelo entusiasmo dos proprietários, dado que o cadastro foi estudado em conformidade com o que eu disse e que me parece que faz parte da planta, Sr. Custódio Ramos eu penso que faz parte da planta o cadastro. A outra parte, em termos de mecanismos, será a Câmara a adquirir as parcelas, e naturalmente colocá-las depois, do mesmo modo como se fizeram para a primeira parte, ou seja, para o estudo urbanístico que referi. Os pareceres emitidos, podia haver a referência, mas eu queria também aqui deixar uma palavra não em*

*defesa do técnico, porque é um técnico competente, mas para nós Câmara como foi também já referido, é o primeiro, é ainda uma aprendizagem, à de facto que ganhar uma experiência que evite alguma falha na apresentação de futuros Planos de Pormenor. Portanto, todas as achegas que aqui foram colocadas são úteis e eu penso que é possível ainda inseri-las no documento.*

*Quanto aos anexos, eu penso que há aqui uma correcção no ponto 1.13. Vai já além do que estava previsto no PDM, em 5% para além da concessão principal, é possível construir anexos, cuja área bruta não poderá exceder 15, quando o PDM refere 10; o pé direito dos anexos não poderá exceder 2,20 metros, etc. . Penso que está aqui contemplada a preocupação que o Sr. Presidente da Junta veio trazer".*

Vogal Nuno Tavares:

*"Sr. Presidente, eu confesso que estou muito agradado em ver realmente este projecto. Também compreendo o entusiasmo do nosso amigo, Diogo Machado, porque o PP gostará de fazer intervenções acerca do PPP, que é o Plano de Pormenor do Picôto. Eu acho que, numa área destas, de vinte hectares, onde vão ficar localizadas muitas dezenas de moradias, que se trata de um projecto com alguma coisa de novo, os técnicos, no fundo, todos formularam um juízo favorável e actualmente com algumas correcções do ponto de vista formal, que poderiam conduzir talvez a melhores soluções. Agora, o que me parece é isto, é que sendo um Plano com algumas características inovadoras, do ponto de vista social parece-me óptimo, moradias, habitações unifamiliares, onde as pessoas podem ver a sua pequenina realidade comunitária e ter o seu quintal, o seu bocadinho, no retorno ou na preservação de uma certa forma de vida, que infelizmente os agregados urbanos não podem na maioria das vezes comportar. Eu diria só o seguinte, não vou ao ponto de ter receio que aqui se vão implantar moradias, do género daquele exemplo de "bom gosto", que temos ali ao lado do estádio do Beira-Mar, não é verdade. Quem autorizou aquilo, o responsável por aquilo devia ter era a cabeça meia hora dentro da piscina para arejar as ideias. Mas, de facto, uma coisa que eu insisto há muito tempo é que, devia pensar-se em utilizar um tipo de habitação, uma traça de moradia. Eu ainda há menos de um mês voltei aos Açores e tive o gosto de ver o que é o gosto dos açoreanos, por exemplo, uma grande parte da Terceira foi reconstruída, nós vemos moradias construídas ao longo destes últimos anos, todas elas respeitam na cor, na*

traça, no estilo, tudo, um determinado estilo; e é isso que dá categoria às pessoas. Quer dizer, nós temos que proibir, de uma vez por todas, realmente, estes atentados, estas emigrantadas, estas coisas, isso dá cabo de tudo. Bem basta o que se fez em Aveiro, o que se permitiu que se fizesse em Aveiro, não é verdade? Portanto, o meu apelo era neste sentido, é que os técnicos, e temos técnicos bons e capazes que se preocupassem também com um estilo de moradia. E era só aquele, com aquele revestimento, com aquela cor, que era possível fazer-se ali. Quem quiser fazer coisas encarnadas, amarelas e azuis, vai para fora do concelho de Aveiro, aqui não faz, não estraga mais do que o que já está estragado. De maneira que, era este alerta e este apelo que eu queria fazer. Trata-se de uma coisa que pode ficar muito bonita, uma coisa nova. Por amor de Deus, façam de facto mesmo uma coisa bonita e não aquilo que infelizmente se vê por aí por esse país fora. Está o país estragado, como toda a gente sabe".

Vogal António Salavessa:

" Sr. Presidente, a dinâmica do método não regimental seguido pela Mesa mais as intervenções das estrelas deste ponto, e as respostas da Câmara, retiraram qualquer necessidade ou sentido à minha intervenção".

Vogal Victor Mangerão:

" Eu queria usar da palavra só por uma razão, é que eu não sei se este Plano deve ser perspectivado para Oliveirinha meio rural, ou para Oliveirinha vila urbana. E, isso é extremamente importante, porque deveria fundamentar aquilo que num Plano feito de novo o justifica. É o responder concretamente, dentro do enquadramento legal, mas responder concretamente às necessidades e apetências da sua localização. Mesmo a interpretação de uma visão ruralista, digamos, pode ser diferente conforme a situação geográfica, inclusive, dentro do concelho de Aveiro. Portanto, como aqui não está presente o Sr. Presidente da Junta, que seria eventualmente o melhor intérprete do consenso local, quanto a este Plano ser o melhor e o mais adequado e inclusive, sobre a sua participação e intervenção ao longo do Plano. Ele não está cá, não há documento escrito, não há nada, eu tenho de partir, primeiro, do princípio de que realmente é verdade quando se diz que o Plano foi acompanhado na sua gestação e tal, e dificilmente eu ponho a hipótese do Presidente da Junta de Oliveirinha, não ter tratado de acompanhar muito bem este Plano lá na sua terra;

*senão ele estaria aqui hoje presente, custasse o que custasse. Não está, não me lembro de ele ter feito referências antecipadas a isto, conhecendo-o eu como conheço, digo, para já não tenho reservas a pôr, em termos de estar aqui a representar o ausente Presidente da Junta de Oliveirinha. Não tendo essas reservas, a única que poderia ser suscitada, não é em termos técnicos, porque aí não discuto, parece que ninguém discute propriamente, é em termos de legalidade que enquadra o Plano. Há alguma ilegalidade, seja em relação ao PDM ou qualquer outra regulamentação? Que seja dito e o Plano em si mesmo não tem validade. Não há ilegalidade, acho que pouco há mais a acrescentar quanto a isto".*

Entretanto saiu da sala o Vogal Jorge Manuel do Nascimento.

Não se verificando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia o ponto n.º 3 da agenda de trabalhos: Plano de Pormenor do Picôto em Oliveirinha tendo o mesmo merecido aprovação por maioria de dezasseis votos a favor ( 9 PP + 6 PSD + 1 PS ) e sete abstenções ( 1 PSD + 5 PS + 1 CDU ).

Apresentaram declaração de voto, os seguintes Vogais:

Vogal Custódio Ramos:

*" Abstive-me, na medida em que o texto do regulamento não tem qualidade, mais se parece com uma memória descritiva, do que propriamente um regulamento que tem que ser publicado no Diário da República e quando o for, será em nome do Município de Aveiro, e porventura, se o for nestes termos, não honra esta Câmara e esta Assembleia. Por outro lado, o processo que é apresentado à nossa apreciação não integra todas as peças que a lei obriga, em ordem a que o possamos apreciar e conseqüentemente votar a favor".*

Vogal Rosa Pires:

*" Eu abstive-me, porque considero que estão ausentes do Plano que me chegou à mão a explicitação dos objectivos e das estratégias de o levar à prática, bem como, do enquadramento no aglomerado urbano*

envolvente. E, abstive-me também, porque me persistem dúvidas quanto à obediência às disposições do PDM".

Vogal Diogo Machado:

"Votei a favor Sr. Presidente, porque olhando para o Plano, ouvindo o que aqui foi dito e procurando assimilar, entendo que este Plano, realmente, beneficia e melhora a qualidade de vida em Oliveirinha, de acordo até, com o seu Presidente de Junta de Freguesia. Não estando de acordo com determinado tipo de oposição, que aqui faz ou se tem feito ultimamente, de abstenção por metodologia, ou por questão de texto. Para nós o que está em causa e não estando o texto errado, porque a CCR sabe o que está a fazer, para nós, acima de tudo, o que tem valor é a validade do projecto e é a projecção que este processo dará à Oliveirinha do Futuro".

Vogal António Salavessa:

"Abstive-me, fundamentalmente devido ao facto de ter sido suscitado um desacordo entre as normas deste Plano de Pormenor e as normas do Plano Director Municipal e que não tive oportunidade de esclarecer e de ter uma posição definitiva, caso em que, votaria a favor ou contra. Portanto, mas por não ter podido esclarecer essas dúvidas, optei pela abstenção".

Entretanto saiu da sala o Vogal Fernando Tavares Marques.

#### **PONTO N.º 4 - PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DE AVEIRO - APRESENTAÇÃO E PEDIDO DE PARECER**

*Deliberação da Reunião da Câmara Municipal de 97-06-12*  
*"PLANO ESTRATÉGICO": Na sequência do deliberado na última reunião, foi distribuído por todos a proposta de parecer final sobre o PE, elaborada pelo Gabinete de Cidade cujo teor, que aqui se dá como transcrito, foi lido em voz alta pelo Sr. Presidente. Seguidamente, o Sr. Presidente referiu algumas palavras sobre tão importante documento e aludiu à necessidade*

de se deliberar o envio do Plano à Assembleia Municipal que está convocada para o dia 27 do corrente, por forma a que o mesmo se torne mais rapidamente num instrumento vivo, com efeitos práticos e possa ser candidato ao PROSIURB em Setembro, próximo. Imediatamente a seguir, emitiu a sua concordância relativamente ao parecer referido, após o que colocou o mesmo à discussão dos Srs. Vereadores.

Tomou a palavra a Vereadora Dr.<sup>a</sup> Maria da Luz para dizer que, independentemente da sua concordância com o parecer do Gabinete da Cidade, entende que se devem desenvolver esforços no sentido de se tornar mais ampla e abrangente a divulgação e discussão do Plano, pois se de facto a Câmara, pela primeira vez, conseguiu dinamizar a sinergia de diversas instituições locais em torno de um assunto de fulcral importância para o desenvolvimento da Cidade, seria seu perfeito corolário o envolvimento global da comunidade ao nível do mais anónimo dos seus cidadãos.

Seguiu-se a intervenção do Vereador Sr. Dr. Mendonça que referiu ter já dado a sua concordância ao parecer na reunião que hoje mesmo se realizou para a sua redacção, tendo expressado um voto de apreço à equipa da Comissão redactora que reuniu todos os pareceres e os condenou neste documento e salientado a necessidade de manter viva a dinâmica de implementação do Gabinete de Cidade.

O Vereador Sr. Eng.<sup>o</sup> Vítor Silva disse concordar inteiramente com o documento em apreço. Contudo, expressou o seu lamento pelo facto de não haver já tempo útil que permita a implementação do mesmo no decurso deste mandato, ao que o Sr. Presidente retorquiu que, embora entenda a opinião do Sr. Vereador, acha que se deixa um documento e uma estratégia que será evolutiva e esclarecedora para o Executivo que se seguir, pois a sua importância é tanta que o mesmo já vem sendo preparado quer por esta, quer pela anterior Câmara, pelo que terá sempre uma sequência.

De seguida, o Sr. Vereador Tenente-Coronel expressou a sua concordância à globalidade do parecer e do Plano, o qual refere uma série de itens que carecem de ser executados para que assim se concretizem as grandes linhas do Plano, pensando que, para o efeito, será necessário uma grande vontade política.

Seguiu-se uma intervenção dos Vereadores Srs. Dr. Nogueira de Lemos e Eduardo Feio que, em conjunto, fizeram as seguintes observações: o Diagnóstico e o Projecto do Plano Estratégico apresentam-

nos uma sistematização de debilidades, problemas, projectos e acções referentes à Cidade e Região de Aveiro que reputamos de grande valia. É de realçar um conjunto de propostas/acções e chaves institucionais e organizativas que não sendo sempre inovadoras, ao serem perspectivadas de forma sistematizada e integrada, merecem uma profunda análise e reflexão. É este momento de análise conjunta do Projecto de Plano Estratégico que temos vindo a solicitar nos últimos meses à Câmara e que só agora surge, em primeira oportunidade. Pensamos que se esta reunião se tivesse realizado antes do envio para emissão do parecer final do Gabinete da Cidade, este projecto poderia sair mais enriquecido. Gostaríamos ainda de realçar que a metodologia subjacente à sua elaboração nos pareceu adequada na primeira fase pela sua abertura e incentivo à participação. Como factores negativos no desenvolvimento dos trabalhos apontamos a não implementação do previsto plano de comunicação e o atraso na criação e o grande espaçamento das poucas reuniões do Gabinete da Cidade. Há, também, algumas insuficiências nas abordagens que, na nossa opinião, deverão ser explicitadas desde já embora não façamos questão de introduzir neste momento alterações no projecto dadas as condicionantes temporais desta discussão, nomeadamente o prazo para candidatura ao PROSIURB. Concordando com o objectivo geral não podemos deixar de referir que na linha estratégia n.º 2 Aveiro - Cidade atractiva e Solidária as questões da coesão social são abordadas de forma insuficiente. Pensamos que face à multiplicidade de novas situações e ameaças de exclusão social propôr, apenas, programas de habitação social, não permite atingir aquele objectivo. Relativamente às questões do ambiente urbano, nomeadamente as da sustentabilidade, consideramos que foram pouco desenvolvidas. A título exemplificativo é de referir que estes conceitos são afluídos na acção " Observatório Aveiro 2001 " (6.2.31), quando no nosso entender estes princípios deveriam ter sido ponderados já na definição e priorização de alguns projectos e acções. Em relação à linha estratégica n.º 5 e apesar do ponto 5.4.11 ( matriz de serviços a descentralizar e de potencialidades e vocações de Aveiro), parece-nos haver uma insuficiência na abordagem da inserção/afirmação de Aveiro na Região Centro. O apostar essencialmente nas ligações ao norte (Porto) e ao interior (Eixo do IP5) apesar de importante, não supre a necessidade de se perspectivar as relações/afirmações ao Sul da Região, isto independentemente da bondade que se conceda ao processo de regionalização. Uma estratégia correcta é

*aquela que consegue antecipar cenários e construir soluções e não aquela que voluntaristicamente ignora os cenários de que não gosta, postura que na nossa opinião, se tem tido na Autarquia Aveirense. Em relação aos projectos estruturantes e às chaves institucionais e organizativas, não podemos deixar de lamentar que por falta de discussão atempada destas propostas não se tenha avaliado por simples acção. Por último não queremos deixar de apontar algumas dúvidas sobre a cabal observância de um conjunto de pontos de despacho 7/94 de 26.01, nomeadamente dos pontos 2 d), 4 c) e 6 a) e g). Relativamente ao Parecer Final do Gabinete de Cidade ele apresenta sobretudo duas preocupações: sustentar o processo de planeamento permitindo passar da inventariação à priorização e divulgação das propostas consignadas no Projecto de Plano. Concordando com a importância das preocupações apontadas pensamos contudo que um parecer deste tipo poderia ter ido mais longe, discriminando as fragilidades no ponto 1.2, de modo a colaborar na sua superação. Também nos parece que este parecer seria o local mais apropriado para fazer o ponto da situação quanto à contratualização de projectos e acções no quadro da sua actividade. Não queremos deixar de referir o papel chave do Gabinete de Cidade na discussão, aprofundamento e criação de condições para a contratualização de projectos e acções considerando por isso fundamental a continuação do seu trabalho, apelando a que lhe sejam proporcionadas as melhores condições de trabalho e sublinhando a nossa gratidão pelo trabalho já desenvolvido. Para terminar a nossa intervenção queremos alertar para a necessidade de clarificar o exacto alcance do 1º parágrafo do parecer emitido pela JAPA, para que se saiba quais são "os projectos já aprovados e os compromissos já assumidos" que condicionam as propostas do Plano Estratégico.*

*Seguidamente, o Sr. Presidente deu a palavra ao consultor técnico na área do Plano Estratégico, Dr. Fernando Nogueira, que prestou alguns esclarecimentos relativamente às matérias em análise e reforçou a necessidade do aprofundamento da discussão sobre as prioridades que devem nortear a implementação do Plano.*

*Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o envio à Assembleia Municipal para parecer, do projecto do Plano Estratégico, nos termos legais."*

Seguidamente usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, para fazer a apresentação do documento supra cujo documento foi previamente distribuído por todos os Deputados desta Assembleia, tendo-se colocado de seguida à disposição dos Srs. Deputados Municipais para eventuais esclarecimentos.

Aberto o período de pedidos de esclarecimentos, usou da palavra:

Vogal João Barbosa:

*" Sr. Presidente, eu não vou ainda falar do Plano Estratégico, mas queria fazer um protesto e lamentar que mais uma vez, porque as Juntas de Freguesia foram esquecidas. E lamento profundamente, que num Gabinete de Cidade onde o objectivo é consultar e avaliar o Plano Estratégico, estejam representadas tantas associações, tantas entidades, até a Câmara de Ílhavo e não esteja representado nenhum Presidente de Junta".*

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Carlos Manuel da Silva Santos e Armando Manuel Dinis Vieira.

Vogal Victor Mangerão:

*" O Sr. Barbosa agora levantou-me um problema sério. É que eu ia começar por um pressuposto genérico; é que este documento, terá pelo menos uma virtude, se não é uma virtude inteiramente assumida é uma virtude relativamente assumida, que é o de realmente ter sido talvez, em termos práticos, o documento mais participado por entidades representativas nos vários escalões da vida aveirense, mais participado, mais aberto, com todas as limitações que isso possa ter, incluindo, obviamente, as autarquias e juntas de freguesia. Quer dizer, agora o não estarem aqui citadas pode ser uma questão de metodologia ou referir entidades e deixarem escapar as freguesias, obviamente estão cá. Agora, se me diz que as freguesias não participaram nas discussões, nas consultas prévias à elaboração destas conclusões, eu aí fico assustadíssimo porque falta um elemento fundamental. Eu vou partir do princípio que as freguesias foram consultadas melhor ou pior. E depois será esclarecido este reparo do Sr. Barbosa, em devido momento por quem de direito. E, para mim é importante este pressuposto por causa do seguinte: imaginem o*

*Napoleão ou o Rommel, na II Guerra Mundial, a dispôr os batalhões de artilharia, a dispôr a cavalaria escondida atrás do bosque, a infantaria alinhada à espera do inimigo, tudo ali. Tudo o que ele tem está ali, as carroças com as mulas, os hospitais, tudo. Só há uma coisa que não está estabelecida porque ele se esqueceu, de reunir o Estado-Maior e dizer assim: primeiro, é a artilharia que dispara, em segundo lugar a infantaria avança em vagas pelo centro e depois a cavalaria ataca pela direita. Nada disto foi combinado. E mais, nem sequer mandou os Sargentos-Mor contar quantas balas de canhão havia, quantas munições de espingarda para dar a cada homem e as rações de reserva para as mulas comerem. Nada disto foi explicado e tratado no Estado-Maior.*

*Desculpem lá, sem menosprezo por este documento, eu diria o seguinte: é possível que nestas folhas de papel esteja o levantamento mais completo em 1997, das entidades representativas da Sociedade Aveirense em todas os seus escalões. É possível, está cá tudo realmente, repetitivamente. É possível que o número de horas de entrevistas e de conversas, sobre os problemas de Aveiro e sobre o que é que cada pessoa pensa que Aveiro deve ser e o que é que na sua perspectiva deveria ter e não tem. É possível que nunca se tenha juntado tanto material desse género com tantas horas de trabalho, como está aqui assumido neste documento. É possível. É possível portanto, que aqui dentro deste documento esteja o conjunto de soluções e de ambições e de anseios, de tudo quanto os aveirenses podem pensar, ansiar e desejar para a sua terra. É possível que sim, ou seja, é possível que este computador esteja completamente sobrecarregado de dados. Agora, o que eu não vejo aqui é como é que é possível chamar-lhe estratégia se não há uma dinâmica de estratégia. Há apenas um grande amontoado de elementos susceptíveis de integrarem uma estratégia. Porque não me venham dizer, que o definirẽ-se projectos, o alinharem-se dezenas e dezenas de acções, de hipóteses de acções e projectos, desenvolvendo o concreto e começando tudo com meia dúzia de linhas estratégicas, não me digam que isto depois para ser posto a funcionar, não lhe falta qualquer coisa prevista aqui. Como é que isto entra em funcionamento? Como é que isto, de papel, de teoria, se transforma numa dinâmica? Como é que esta estratégica, se transforma numa alteração deste Aveiro em que estamos para um Aveiro que eventualmente está aqui potenciado, adivinhado e desejado? Não sei. Isto para mim é extremamente importante por três razões: Primeiro, porque não estão contabilizados os custos de uma estratégia efectiva e isso não é*

*uma questão de pormenor, é fundamental. E porquê? Porque a estratégia de Aveiro não pode ter como protagonista, praticamente omnipresente e prioritário e sempre assumido, a Câmara Municipal de Aveiro da maneira como aqui está exposto. Porque até parece que a tesouraria da Câmara, tem capacidade para se meter nisto tudo. Primeiro ponto quanto aos custos. Os projectos podem ser muito bonitos, se não forem anteriormente estudados em termos de capacidade real de investimento, é escusado, ficou na gaveta. Muitos ficaram e continuarão a ficar. Eu sei que me vão dizer, mas é difícil neste momento porque a concretização destes Planos de estratégia, passa pela efectivação das acções que aí estão descritas na parte final. E realmente, o quadradinho que aqui está, há um quadradinho para as fontes de financiamento, mas as estimativas estão praticamente todas em branco, ou todas, as prioridades nalgum sítio aparece noutro não aparece. Até aparece a prioridade 1/2. Não sei se é primeira ou segunda prioridade na dívida ou se é meia prioridade. É que se é meia prioridade, eu não sei o que é meia prioridade. Andar a meio gás sei, andar a gás inteiro também, estar parado também sei; meia prioridade não percebo o que é. Ou seja, a questão dos custos para mim é fundamental. Outro aspecto que é fundamental, é o faseamento que torna algumas destas acções, obsoletas, quando outras entretanto avançaram, ou seja, deixa-se fazer aquilo, quando já se fez aquilo primeiro, ou até contraditório a dizer assim: Se por acaso se fizer isto, já não se vai fazer aquilo.*

*A terceira razão, é a teórica cumplicidade, ou se quiserem o pressuposto gratuito, e infelizmente é um adjectivo que me ocorre, porque não há outro na minha visão pessimista das coisas. O pressuposto da solidariedade de uma data de entidades, com a Câmara, para que realmente se obtenha a prossecução de uma data do Plano, uma data concreta. Ou seja, há um realismo que falta aqui e há uma capacidade intrínseca de execução neste Plano Estratégico. Quando muito é um elemento de estudo, mas não é um elemento de acção. Não há possibilidade de o transformar em acção a menos que se faça, realmente, o estripamento de uma data de coisas que aqui estão a mais, há aqui uma data de coisas perfeitamente de devaneio. Dir-me-ão assim: Também faz parte da Cidade o seu lado poético, é evidente. Aqui no campo da Cultura há aqui uma data de coisas, que estão cá, podiam não estar. Mas, no campo do Desporto por exemplo, há aqui algumas coisas, que não poderiam estar em nome do bom senso e no entanto estão. E quem ler isto sem espírito crítico ou sem reserva, pode pensar que este enorme*

amontoado de propostas para o futuro, é um amontoado de hipóteses realistas, viáveis, que se não forem concretizadas é por culpa dos políticos ou da má gestão da Câmara, seja ela qual for, não é desta, evidentemente, isto é uma coisa vastíssima para a próxima década, pelo menos década, se calhar muito mais que década, para o próximo século há-de ser. Ora bem, não é isso que se passa, é que este ponto de partida, realmente é necessário agarrar nele, sintetizá-lo, faseá-lo e assumir depois em termos possíveis e em termos realistas. E aquilo que for feito, que deva ser feito por outros, que não com a eterna Câmara sempre em primeiro lugar. Porque eu quando falo de Câmara, falo do Município, do Município enquanto ente público, representativo numa certa perspectiva dos interesses colectivos, há mais entes de carácter mais ou menos público aqui metidos. E chegada a altura, quando se assumir a responsabilidade deste ou daquele projecto, muitos deles sacodem a água do capote e fica apenas a Câmara, ou seja o Município. E é preciso sabermos quando é que é legítimo aventurar-nos em certas aventuras e em certas boas vontades e em certas ambições e depois ficamos de repente sozinhos pelo caminho. Portanto, eu julgo que há que fazer uma reanálise muito séria de tudo quanto aqui está exposto. Eu para os pormenores, depois numa fase posterior, se for caso disso, eu gostaria de salientar alguns dos aspectos contra os quais eu me manifesto abertamente contra, no âmbito sobretudo das acções concretas propostas".

Vogal António Salavessa:

"Sr. Presidente, há aqui uma questão que é uma questão metodológica, que penso que deveria ganhar-se que a Mesa procurasse esclarecer exactamente o que é que nós estamos aqui a fazer, o que é que se pretende hoje desta Assembleia e a forma como aquilo que se pretende pode ser conseguido. Eu tenho alguma dúvida nesta área e a Mesa poderá esclarecer. Porque, se hoje é uma mera apresentação para que se produza um parecer, é necessário vermos se esse parecer vai ser redigido hoje, se vai ficar para uma próxima oportunidade; se vai ser redigido hoje quem é que o vai redigir, etc., etc., etc. . Entretanto, como têm sido já produzidas algumas considerações acerca do que nós temos hoje para apreciação, eu queria sublinhar alguns aspectos: Primeiro, foi clara a intervenção do Sr. Presidente da Câmara e aliás isso também consta da própria produção do Plano, foi claro que não foi nenhuma opção deste Município ou do Executivo Municipal no sentido de definir uma

*estratégia para o Concelho, não foi nenhuma opção de fundo que motivou a criação ou o avanço para este Plano Estratégico, foi uma questão circunstancial, foi a existência do programa comunitário PROSIURB que levou a que a Câmara para poder concorrer tivesse que ter o Plano Estratégico e por isso tenha decidido avançar para ele. Entretanto, eu estou de acordo com a consideração que é feita na introdução do documento de que, tendo sido esse o ponto de partida, o desenvolvimento ulterior do processo de discussão, levou a que o documento final fosse muito mais do que isso, portanto, e é de facto, um documento que prefigura uma estratégia de desenvolvimento para o Concelho de Aveiro. Penso que o mérito desta transfiguração do objectivo inicial para algo completamente diferente, tem a ver com a larga participação das estruturas concelhias, para a larga participação do cidadão no processo de discussão do Plano e que, a Câmara deveria extrair deste facto, todas as lições necessárias para que comportamentos semelhantes acontecessem no futuro. Já quanto à matéria do Plano, eu entendo que um Plano Estratégico tem de facto, que encontrar as linhas estratégicas fundamentais e que esta Assembleia deve concentrar a sua acção, não nas cento e três acções ou projectos do Plano, mas sim, nas linhas estratégicas fundamentais, nas seis linhas estratégicas fundamentais, nos sete projectos estruturantes e nas chaves institucionais que são propostas neste momento. Penso que é a esse nível, que o fundamental das opções se coloca hoje, e que a elencagem, cento e três projectos e acções, bom sendo uma questão importante e que configura todas as outras questões estratégicas, não é cada acção importante per si. É perfeitamente admissível, que no desenvolvimento da concretização do Plano Estratégico, que alguns destes Planos ou Projectos ou Acções, sejam ignorados e que outros que não são previstos agora possam vir a ser desenvolvidos e, portanto, a integrar-se perfeitamente dentro da orientação estratégica que é proposta. Daí, Sr. Presidente, penso que fazia mais proveito que nós encontremos a metodologia para avançar com estas coisas”.*

Presidente da Mesa:

*“Possivelmente o Sr. Presidente da Câmara poderá dar algum esclarecimento sobre o assunto, de qualquer maneira aquilo que me parece é que na realidade o Plano Estratégico tem determinado desenvolvimento e numa determinada fase desse desenvolvimento é pedido um parecer à Assembleia Municipal, que poderá dar um parecer favorável*

ou um parecer negativo em relação ao Plano tal como se apresenta neste momento o seu desenvolvimento. Portanto, esse parecer é evidente que está para apreciação e poderemos ter ideias mais concretas sobre o assunto, mas evidentemente que se aparecer já uma proposta de parecer desenvolvida sobre este assunto a Assembleia certamente tomará uma posição, se não aparecer nenhuma proposta de desenvolvimento pelo menos a Assembleia terá de se pronunciar por forma de uma votação a favor ou contra o Plano Estratégico tal como agora se apresenta. Portanto, se não houver nenhuma proposta eu penso que uma votação dizendo se está a favor ou contra o Plano poderá constituir um parecer da Assembleia, se não terá de ser de outra forma, que poderá ter outra forma qualquer conforme a considerem. Neste momento é o que me parece. De qualquer maneira eu dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara antes de avançarmos sobre este assunto”.

Presidente da Câmara:

"Sr. Presidente, a metodologia que está subsequente é a apresentação dele, e tenho comigo também o autor do projecto para completar a informação. Depois disso eu não queria estar a dizer como é que a Assembleia há-de funcionar. Foi pedido o seu parecer, não sei se o quer dar hoje se quer criar uma Comissão para redigir um parecer. Em minha opinião, se vai votar hoje sim ou não, não sei, isso agora cabe à Mesa e à Assembleia decidir. Portanto, da parte da Câmara é pedido o parecer para o juntar ao Plano Estratégico e poder assim dar resposta àquilo que a legislação determina e as condições para o pôr em marcha, para o pôr em prática e poder também fazer as candidaturas. Portanto, esta é a metodologia, agora não sei qual a adoptar pela Assembleia em termos de trabalho".

Vogal Victor Mangerão:

"Sr. Presidente, penso que o conceito de parecer é equivoco, o parecer não pode ser o sim ou não. Porque senão era a aprovação ou não aprovação. Agora, parece-me que também é indigno de uma Assembleia como a nossa, por muitos defeitos e limitações que tenha, não dar um parecer como deve ser em relação a uma coisa da importância do Plano Estratégico. Também me parece óbvio, que não é a esta hora nem neste momento que nós estamos capacitados para redigir sequer uma proposta do parecer, logo, a alternativa que o Sr. Presidente propôs foi

*esta: Que se fizesse hoje a exposição detalhada com o Sr. Arquitecto, da sua perspectiva em relação ao documento, que se acrescentasse o debate que fosse tido como conveniente nesta Assembleia sobre o assunto, recolhidos esses elementos todos, então havia necessariamente de se formar uma Comissão, aqui não podemos fugir a ela, representativa da Assembleia que formulasse realmente em termos de redacção, o parecer que vinculasse esta Assembleia. Não vejo outra saída em termos de eficácia, de funcionalidade e de dignidade institucional".*

Presidente da Mesa:

*"Portanto, pelo menos é necessário esclarecer o assunto tanto quanto possível de forma a que depois alguma comissão que se constitua possa dar de facto uma opinião com base no que aqui for dito. Se estiverem de acordo nós iríamos avançar por essa proposta, portanto por constituir uma comissão. Mas é preciso que as pessoas se definam antes de prosseguirmos as intervenções".*

Vogal Custódio Ramos:

*"Sr. Presidente, já permitiu que outros elementos se pronunciassem sobre o documento não pode agora limitar-me a mim ou a outro membro desta Assembleia à metodologia".*

Presidente da Mesa:

*"Desculpe não é isso, mas é que avançávamos primeiro com a metodologia e depois prosseguíamos, porque eu sei que pediu a palavra e depois ia-lha dar".*

Vogal Custódio Ramos:

*Metodologia é uma sequência da discussão e não é uma coisa que precede a discussão".*

Presidente da Mesa:

*"Tudo bem. Somente se conhecesse-mos a forma como depois vamos emitir o parecer isso poderia facilitar um bocado as intervenções. De qualquer maneira vem a dar mais ou menos o mesmo resultado. Se faz favor".*

Vogal Custódio Ramos:

*" Eu vou ser muito simples, e quero começar por dizer que li o documento e gostei. O que não significa que isto não me pareça de ser devidamente analisado, ponderado por esta Assembleia e que mereça que se constitua uma Comissão tendente a redigir um parecer, com princípio meio e fim. Desde logo põe-se a seguinte questão: Afinal, quem vai ser o motor do desenvolvimento da execução deste Plano Estratégico? O Plano Estratégico, na minha opinião, sendo o primeiro que surge na história do Município de Aveiro, é por isso mesmo um documento por natureza histórico. Vai ter consequências de natureza económica e vai ter custos (como já foi referido por alguém), aqui não se refere nada aos custos. Talvez não tenha que referir, porque o objectivo na génese deste Plano é, a candidatura ao PROSIURB. Então, se assim é, os custos serão sucedâneos ao documento, mas também temos que convir e eu vou ser muito breve, temos que convir no seguinte: que ninguém se iluda que vão ser os Gabinetes de Cidade, umas agências, uns focos, uns observatórios e outras palavras muito bonitas, instrumentais, que estão muito na moda hoje em dia, a gente vê um Relatório de Centrais Sindicais, fala nos observatórios de emprego, observatórios de desemprego, e a gente vai ver que as pessoas estão desempregadas, as pessoas não têm emprego. Lá o observatório existe, mas que não resulta nada de positivo, as pessoas para arranjam um emprego têm que ter é uma cunha. Hoje os nossos filhos, os nossos familiares, os nossos amigos, é assim que vivem. Os observatórios, as Mesas Permanentes, incluindo a do IP5, não resolvem os acidentes, é precisa a auto-estrada, todos sabemos isto, não estou a trazer nada de novo. E então, o que é que acontece? Há que reorganizar os Serviços Municipais. Porquê? Porque na verdade, quem vai ter que ser a alma deste projecto é a Câmara Municipal de Aveiro, obviamente. E está previsto, e eu não sou contra, é que exijo mesmo que tem que ser a Câmara de Aveiro. Temos é que conciliar como fazer tudo isto. E esta é afinal a questão que o Gabinete Técnico coloca. Faz um levantamento que é histórico, está impecável, pode ter aqui um erro de pormenor, por exemplo, quando considera que o Centro Cultural de Aveiro é uma entidade a envolver; quando considera que o Parque de Feiras e Exposições é uma entidade, não é entidade nenhuma a envolver. Já quiseram que tivesse autonomia, mas o Presidente da Câmara já tomou providências, diz que não vai ter. Enfim, mas isso são questõeszinhas de pormenor. Talvez a Rota da Luz tenha aqui um papel demasiado importante porque, pela história da Rota da Luz eu não lhe reconheço, enfim, tanto mérito para lhe pedir o futuro da*

*Cidade em tanta faceta. Talvez, é uma questão que eu coloco, como outras entidades, a Associação Comercial, a Associação Industrial, mas isso, volto a repetir, são questões de pormenor, porque em síntese, o documento tem mérito, é bom, eu gosto e acho que esta Assembleia deve, no seu parecer, em minha opinião muito modesta, dar um parecer que aponte na linha estratégica do futuro favorável, sem prejuízo, no entanto, de suscitar questões e de aconselhar e de fazer recomendações positivas a quem de direito, no sentido da sua implementação".*

**Vogal João da Peixinha:**

*" Já pouco há a dizer depois das brilhantes intervenções dos oradores que realmente me antecederam, eu apenas queria aqui uma chamada de atenção. Sr. Presidente, desde a primeira hora que vim para esta Assembleia e que muitas vezes até sou chato sobre isso, tenho debatido nesta Assembleia o longo parque de campismo. Neste Plano não seria altura agora de enquadrar aqui neste Plano, o tal parque de campismo de passagem, quando cada vez mais os turistas visitam a nossa cidade utilizando autocaravanas, ficando ao abandono pelo Rossio, ou pelo largo da Polícia e dantes pelo largo do Cojo. Não seria de enquadrar neste projecto, um parque de campismo? Quando muitos dos desportos náuticos que aqui assim fazem referência, muitos dos seus praticantes utilizam tendas de campismo. Estou-me a lembrar do caso da canoagem, não seria realmente a altura própria para enquadrar? É que eu não vi aqui assim o parque de campismo".*

**Vogal Cruz Tavares:**

*" Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos na parte final da discussão deste Plano Estratégico e é pressuposto que neste momento já tivéssemos os instrumentos necessários e suficientes para podermos em consciência e com o número razoável de opiniões, formar a nossa própria opinião. Julgo que, o processo não decorreu assim, nem mesmo com a formação que estava prevista no Plano Estratégico, do Gabinete de Cidade que entrou, digamos, em funcionamento e, produziu um parecer que obteve a concordância generalizada dos elementos da Câmara; toda a gente concordou. Só que de facto, o parecer do Gabinete de Cidade, não diz que sim nem diz que não, nem diz assim assim. Faço notar que neste parecer, nem sequer é citado o termo Plano Estratégico. Não se fala nisso. É favorável a tudo, menos ao Plano Estratégico; Pode-se ser desfavorável a*

tudo menos ao Plano Estratégico. Peço a atenção para as pessoas que estudaram este documento, não existe sequer o termo Plano Estratégico. Ora bem, este seria um elemento essencial para nós formarmos a nossa opinião. Devo dizer que dentro das possibilidades que se me dispuseram, eu acompanhei mais ou menos e não há dúvida que o Plano está divulgado, está debatido, as ideias lá contidas estão assimiladas, pelo menos pelas pessoas que se interessaram. E é um passo em frente, é um passo positivo na actuação desta Câmara, a gosto ou a contragosto, obrigado pelo PROSIURB ou não obrigado, o que é certo é que resultou alguma coisa que pode ser aproveitada, sobretudo se este Gabinete de Cidade entrar em velocidade de cruzeiro e com as contribuições todas que devem lá estar contidas. É difícil, que um Plano Estratégico possa responder a algumas dúvidas que já foram aqui postas muito legitimamente e muito concretamente, que foram a definição de prioridades, a definição de faseamento. O Plano Estratégico, é realmente uma coisa de médio/longo prazo, seria muito arriscado para os autores fazerem um faseamento, fazerem uma lista de prioridades, seria muito arriscado, da mesma forma que também seria muito difícil fazer, uma análise de custos sem que se abrisse a porta a erros muito grosseiros. De maneira que, por esse lado, eu estaria um pouco na linha dos autores, que não quiseram arriscar, nem sequer criar falsas perspectivas, criar ilusões, numa matéria que vai depender de muitas coisas, em primeiro lugar do tempo, depois das pessoas, depois dos programas, depois da dinâmica de um processo que não ficará somente concentrado na Câmara, mas tem muitos factores aleatórios. No entanto, não queria deixar de em concreto, dar a minha opinião sobre três ou quatro aspectos, que me parecem de um lado estarem a menos no Plano e, por outro lado, outras questões que me parecem a mais neste Plano. Concretamente e fugindo um pouco à recomendação do Sr. Salavessa, porque isto é entrar um pouco no pormenor, mas é no pormenor que as coisas concretas sobressaem melhor.

O primeiro reparo, é no elenco que é introduzido no Plano Estratégico, os sete projectos estruturantes. A nosso ver aparece uma lacuna que é grave. O Plano refere muitas vezes o problema da zona molhada do Concelho, da Ria, concretamente dos braços urbanos da Ria e dos dois terços de território que pertencem ao Concelho e que são área molhada, mas essas referências têm a maior concretização no chamado fórum Ria. E, não ganharam nem o tempo de maturação, nem o estudo, nem sequer a importância de serem transferidos da área dos fóruns, do

debate, para a dignidade de um Plano Estruturante. Isso parece-me que é uma lacuna grave neste Plano Estratégico. Em relação às coisas que me parecem a mais, no sentido em que não acompanham o âmbito do Plano Estratégico e são acções ou objectivos, que estão abaixo do nível do Plano Estratégico, ou seja, são mil Mesas promovidas a acções estratégicas. Sr. Arquitecto., que me está a ouvir, peço-lhe perdão por esta linguagem das miudezas, não têm nenhum efeito prejudativo, mas parece que não têm a mesma dignidade de projecto do resto do Plano. Por exemplo, uma acção que resume por exemplo à criação roteiro turístico; não vejo que esse seja um objectivo estratégico, mesmo que se lhe chame uma acção ou um simples projecto. O roteiro turístico não tem esta dignidade. Outra coisa que me chocou e que está ao mesmo nível do roteiro turístico, é por exemplo, a ideia do "Aveiro - Feira de Saldos Ibéricos" um Plano Estratégico, para criar Aveiro como "Centro de Saldos Ibéricos" por favor, ao menos, criações de primeira mão ou de estação, mas com certeza que não está na ideia do Sr. Arquitecto, muito menos da Câmara, muito menos dos Vereadores, muito menos dos membros da Assembleia, que Aveiro seja uma feira de Saldos Ibéricos.

Fala-se igualmente noutra acção que não tem a amplitude que me parece justificar a sua inclusão neste Plano; a alteração funcional da Praça. Eu já defendi isto muitas vezes, mas foi em discussões aqui. Realmente a actual Ponte Praça não tem a dimensão para funcionar como funciona, não tem área para ser uma rotunda rodoviária. É necessário, realmente, que ela mude rapidamente de funções, mas isso é um Plano de Actividades da Câmara, Sr. Presidente, que eu recomendo que seja nos próximos Planos de Actividade, enquadrado e incluído num Plano de Actividades, não num Plano Estratégico. A gestão estratégica da Ria, não passou, portanto, a projecto Estruturante e há uma outra lacuna dentro destas miudezas que também não aparece no elenco das acções do Plano Estratégico. Simplesmente, a permeabilidade e a fluidez da circulação no Bairro da Beira Mar. O tráfego do Bairro da Beira Mar, actualmente não tem alternativas. Se é necessário um estudo estratégico ou do âmbito anual, seja como for, isso é uma lacuna. Finalmente, há um aspecto que me parece aqui estar a menos, ou seja, o Plano Estratégico não foi tão longe quanto poderia ser, sobretudo, tratando-se de um assunto que já foi muito debatido. Não quero repetir-me, porque já em várias ocasiões falei nisto, o Plano Estratégico, em termos de circulação e de ordenação do território, passou da fase Eixo Estruturante, para Eixo Estruturante/Eixo

*Transversal, com certeza que toda a gente esperava que eu falasse disto. Ainda não é o fim do caminho, não é Eixo Estruturante, não é Eixo Transversal, quando é chegamos à Malha Estruturante? Também neste aspecto e é o único, o Plano Estratégico ficou um bocadinho aquém daquilo que seria de esperar".*

Entretanto saiu da sala o Vogal Nuno Teixeira Lopes Tavares.

Vogal Bolais Mónica:

*" Obrigado Sr. Presidente. Eu queria apenas dizer que gostei de ouvir a intervenção do Sr. Eng. Cruz Tavares, mas não posso concordar muito com aquela opinião que ele formula, quando diz que Aveiro não pode promover o Eixo do Centro Ibérico. Eu acho que Aveiro pode, de facto, beneficiar muito porque temos o IP 5, que esperamos que seja melhorado e, por conseguinte, através dele conduz muitas visitas, principalmente dos nossos vizinhos espanhóis. Nós até verificamos já isso, principalmente na altura da Páscoa e agora na altura da época balnear, agora o que eu acho, dentro da minha humilde opinião, é que devem ser criadas condições que melhorem e que cativem a vinda desses nossos vizinhos espanhóis. Por exemplo, eu posso citar um caso, eu sou uma pessoa que viajo pouco para o estrangeiro, mas quando vou ao estrangeiro e quando contacto com coisas que falam do meu País, eu fico sensibilizado. E nós podíamos criar motivos, que levassem aos nossos vizinhos espanhóis a gostarem de visitar Aveiro. Não quero dizer que, enfim, vamos estar a recebê-los de passadeira encarnada e com banda de música e foguetes, mas por exemplo, cito um caso: nós vamos ali a Salamanca e verifica-se que uma das mais importantes artérias da cidade de Salamanca, é designada precisamente por, Avenida de Portugal; isso sensibiliza. Nós aqui não temos nada para sensibilizar os nossos vizinhos a visitar, que acho que é muito importante que isso venha a acontecer. É importante para o desenvolvimento económico, principalmente para a hotelaria, o comércio, etc.. Eu acho que é possível beneficiarmos do IP5, que esperamos que venha a ser o seu traçado melhorado e que aqui venha desenrolar bastante pessoal daqui da Península Ibérica, e podemos de facto beneficiar. Desculpe, apreciei muito a intervenção do Sr. Eng.º, mas neste ponto não posso concordar".*

Presidente da Câmara:

*"(...) Já menciona como projecto, a reorganização do serviço da Câmara Municipal e a melhoria do serviço ao munícipe, etc., etc., como aqui foi abordado pelos Srs. Deputados. Por outro lado, este Plano Estratégico, não é feito apenas à procura do PROSIURB, talvez seja uma parte importante, o PROSIURB é um dos intervenientes que vai fazer o financiamento, é a fonte de financiamento principal. Agora, da leitura que se faz e daquilo que aqui foi dito, este Plano Estratégico motiva todos nós e as instituições existentes, a dinamizá-lo e a considerá-lo, porque contém um conjunto de orientações e de estratégias que contribuem para o desenvolvimento harmonioso da Cidade. Portanto, vai criar novas potencialidades, vai criar novas condições para o contributo, para a afirmação de Aveiro. Esta é a outra fase mais evidente, porque agora, temos que trabalhar neste Plano Estratégico todos. Temos que definir as prioridades, temos que procurar encontrar as fontes de financiamento, de facto, para pôr em prática aquelas que se nos afiguram mais importantes. Temos que alterar algumas que naturalmente estão a mais e outras que não estarão cá. É possível que o Gabinete constituído possa fazer isso e auscultar e dinamizar também, chamar mais instituições. Portanto, é isto que eu queria dizer. Quanto ao roteiro turístico diminuiu um pouco, mas o roteiro turístico está aqui como acção, não está como estratégia; é um elemento de trabalho que vai contribuir para uma estratégia. O parque de campismo é uma acção, de facto, não está aqui mencionada, mas podem ser criadas neste momento novas fichas a integrar neste Plano Estratégico, novas fichas de acções concretas".*

Presidente da Mesa:

*"Entretanto há uma proposta que foi apresentada pela bancada do CDS/PP e que diz o seguinte:*

### PROPOSTA

*"A bancada do Partido Popular na Assembleia Municipal de Aveiro propõe, de acordo com a metodologia proposta e inferida no ponto n.º 4 da ordem de trabalhos, a saber, " PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DE AVEIRO - APRESENTAÇÃO E PEDIDO DE PARECER " que se crie uma Comissão*

de trabalho, integrando paritariamente todas as forças políticas presentes nesta Assembleia, que analise e produza, dentro dos limites de tempo mais razoáveis, um parecer apreciativo de ordem qualitativa ao documento em análise."

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a proposta supra a admissão, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Colocada à discussão não houve intervenções .

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia submeteu esta proposta à votação tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade.

Vogal Victor Mangerão:

*"Sr. Presidente só em relação à metodologia, estava para me ir embora mas realmente não me posso ir embora sem uma coisa, é o Sr. Arquitecto falar. Até porque não se pode dar um parecer; vamos dar um parecer a partir de quê? Agora o Sr. Arquitecto vai ser sintético com certeza, já sabe a hora que é, e já ouviu todos os comentários, mas não vai embora sem o ouvirmos. Está bem Sr. Presidente".*

Arquitecto Bruno Soares:

*"Muito obrigado por esta oportunidade. Talvez então referir aqui duas ou três questões que penso que foram essencialmente aqui levantadas, nomeadamente, a não programação de acções, a não calendarização e a falta de atribuição de valores, portanto de estimativas de valores às operações. Eu gostaria de referir que chegou-se a este ponto de proposta do Plano Estratégico, exactamente, como aqui já foi referido, porque o processo aqui em Aveiro, foi um processo com características diferentes daquelas a que eu estou habituado, nomeadamente, dos trabalhos fiz, de um grande envolvimento das instituições e organizações locais neste processo e do interesse que tiveram em participar em grupos de trabalho, em reuniões alargadas, etc., que se fizeram, que foram vinte e tal durante o ano passado, com uma forte participação, houve convites*

feitos a cerca de cento e vinte entidades e individualidades de Aveiro, que de um modo geral participaram nessas reuniões e, portanto, houve uma contribuição muito grande dado ao Plano e às propostas do Plano e ao trabalho que nós fizemos. Obviamente que as pessoas que acompanharam o trabalho sabem que não nos demitimos do nosso trabalho técnico, portanto, de desenvolver as propostas, estudar os problemas e apresentá-los nessas reuniões. Portanto, as reuniões foram feitas, não apenas para recolher opiniões, mas foram feitas essencialmente sobre documentos que foram elaborados e apresentados e, portanto, foram discutidos. E, daí, conseguiu-se de facto um trabalho de interacção digamos assim, entre equipa técnica, Câmara e as pessoas que participaram muito grande e muito positiva. E, de facto, chegámos a um documento, que é o que é, eventualmente poderia ter ido mais longe, eventualmente terá como disse o Eng.º Cruz Tavares, coisas a mais e coisas a menos, mas eu penso que, se por um lado estamos a concluir um documento e um trabalho, por outro lado, isto não é um ponto de chegada, é um ponto de partida. Penso que essa é que é a questão fundamental. Quer dizer, este Plano não servirá para nada, quer dizer, não é um Plano normativo, não é um Plano que vai ser institucionalizado e ter uma força legal, digamos assim, e normativa para ser cumprida à risca. É um documento de orientação que, só tem valores se for, de facto, utilizado e se for aplicado. E nesse sentido, penso que estamos exactamente num momento de viragem extremamente crítico, que é, conseguiu-se uma certa dinâmica em torno deste trabalho até se chegar a este documento, como é que se aproveita todo este processo, para levar mais à frente e conseguir chegar a coisas concretizáveis que implicam, necessariamente uma partilha de responsabilidades, não é só a Câmara Municipal.

Eu penso que, uma coisa que aqui foi dita, não é exactamente assim. Estas acções não estão todas sob a responsabilidade da Câmara Municipal, há muitas que nem têm o envolvimento da Câmara Municipal. E isso implica, de facto, que os parceiros da Cidade, que não são só os órgãos autárquicos, se envolvam, efectivamente, num processo de concretização, de discussão, reflexão, sobre estes problemas, sobre a sua realização e em processos de articulação efectiva e de colaboração, que levem não a cumprir as cento e três acções, quer dizer: nós consideramos que cento e três acções e projectos é demasiado para se ter um documento selectivo. De qualquer maneira, foi muito difícil restringir mais. De qualquer maneira, penso também que estas cento e três acções

podem ter algum sentido, na medida em que estão enquadradas numa determinada lógica que é dada por linhas estratégicas e por determinados objectivos, que estão ali claramente postos, e que podem ser discutíveis, mas que ajudam a seleccionar e a enquadrar esses projectos e acções. Portanto, no nosso ponto de vista, equipa, é obvio que não é objectivo operacional deste documento que se concretizem as cento e três acções, e por isso, de facto, se destacaram sete projectos estruturantes e oito chaves organizativas e institucionais. E demos importância também a estas chaves organizativas e institucionais, porque pensamos que a possibilidade de avançar e dar o salto qualitativo está, não na identificação e no elencar de todas estas acções e projectos, mas está na capacidade de as forças económicas, sociais, culturais, etc., da Cidade e do Concelho, se organizarem em torno de projectos comuns e de interesses comuns. Nós pensamos que a chave fundamental é tão simples como isto, se há condições ou não para este projecto e este documento ser um documento mobilizador de vontades e de intenções de se avançar. Agora, se são todas ou se são parte, será exactamente as estruturas que nós propusemos e que estão aceites de se constituírem, Gabinete de Cidade, o Conselho do Plano Estratégico que não foi aqui referido e que nos parece muito importante, que é portanto uma assembleia mais alargada das entidades e das organizações que participaram ao longo (...) portanto, para nós, a chave deste processo estará prioritariamente na capacidade de avançar com este tipo de organizações locais e na capacidade de trabalhar sobre este documento, transformando-o sempre que necessário. É evidente que, no nosso ponto de vista haverá vários graus de alteração e de ajustamento de um Plano Estratégico, que o poderão pôr completamente ou não em causa. É óbvio, que se os objectivos fundamentais forem postos em causa, há que reflectir tudo outra vez. Se é a acção número trezentos e vinte e um ou cento e trinta que há que alterar, deitar fora, isto parece-nos que em termos de processo é uma questão de pormenor. E penso que é este balanço que se terá de ir fazendo para que este instrumento sirva para alguma coisa. Já agora, permitam-me que vos diga uma coisa: no ponto em que se está e em nenhum Plano Estratégico de Cidade em que eu trabalhei até agora, se terá chegado tão longe, digamos assim, em termos de possibilidade de envolvimento das organizações e das instituições locais, eu não sei até que ponto não seria possível com um documento destes bastante discutido e mais discutido ainda, chegasse a qualquer coisa que se pudesse chamar um acordo de Cidade ou um pacto de Cidade, em

torno de uma dúzia ou meia dúzia de questões fundamentais, mas que fossem mobilizadoras, não só para as forças políticas, mas para a sociedade civil da Cidade. Penso que esse era um passo fundamental para se conseguir de uma forma e quase indiscutível em torno de determinados projectos e acções que sejam indiscutíveis e que sejam considerados chave neste momento, então avançar. E, penso que, se isto for desencadeado, então é possível fazer, programas de actuação anuais, seleccionando estas outras e então calendarizar essas acções, portanto fazer programas anuais e então avaliar custos, etc., como o Sr. Eng.º Cruz Tavares disse há pouco. De facto, para nós era extremamente difícil elencar isto tudo e agora fazer um programa muito racionalizado e ordenar tudo isto, com custos, etc.. Pensamos que se chegou já bastante longe, não por nós, mas pela participação e o apoio que houve da parte da Cidade".

Presidente da Mesa:

"Portanto, depois destes esclarecimentos, nós íamos aguardar que a Comissão se pronunciasse no mais curto prazo de tempo e depois submeter novamente à apreciação da Assembleia. Portanto, na minha opinião, este assunto terá que ser novamente agendado numa próxima Sessão para ser votado o parecer que a Comissão emitir. E posto isto nós passávamos ao ponto seguinte".

Vogal Custódio Ramos:

" Sr. presidente, era melhor então a Assembleia mandar a Comissão para redigir o parecer na linha do debate que houve aqui, porque senão ficamos preocupados quando é que a Assembleia reúne e não interessa perder minimamente as candidaturas ao PROSIURB".

Vogal António Salavessa:

"Eu não estando em desacordo com o que foi aqui dito pelo Sr. Custódio Ramos, entendo que, só muito excepcionalmente é que vai haver investimento deste tipo. Portanto, o parecer da Assembleia deve ser aprovado pela Assembleia. E permitia-me Sr. Presidente, dizer e fixando como método de trabalho, portanto a candidatura tem que ser apresentada até ao fim de Setembro, até ao dia 30 de Setembro. Se a Câmara avançasse com os preparativos da candidatura, no pressuposto que o parecer será aprovado até essa data e que o processo seja devidamente discutido na Comissão e trazido à Assembleia como é natural".

Presidente da Mesa:

*"O Sr. Salavessa contrapôs com outra posição e o Sr. Presidente da Câmara não vê inconveniente. Se for possível vir a esta Assembleia primeiro e a Assembleia aprovar claro que é mais correcto, se de facto for pressionado pela necessidade de um parecer mais rápido, o Sr. Presidente da Câmara já se pronunciou sobre isso, parece que não há inconveniente em ficar para Setembro".*

Presidente da Câmara:

*"Não há inconveniente, porque nós podemos, porque agora no Gabinete de Cidade somos obrigados a seleccionar, a priorizar a primeira acção e, portanto, podemos ir fazendo este trabalho, podemos ir avançando e entretanto, junta-se-lhe na altura da proposta o parecer, quer do Gabinete de Cidade, quer da Assembleia".*

**PONTO N.º 5 - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO  
CONCELHIA DE SAÚDE DE AVEIRO, NOS TERMOS DO  
ARTIGO 12.º, DO DEC-LEI N.º 335/93, DE 29 SETEMBRO**

Presidente da Mesa:

*"Por solicitação da Administração Regional de Saúde, conforme foi transmitido a todos os Senhores, terá que ser indicado um representante dos interesses dos utentes, eleitos pela Assembleia Municipal para a Comissão Concelhia de Saúde. Portanto, agradecia que as pessoas se manifestassem em relação há indigitação, porque seria bom restringir o nome de candidatos a poucos elementos. Portanto, se houver consenso em relação a um nome, certamente que poderíamos fazer a votação, senão, pelo menos a nível de bancada haver a indicação de um nome".*

Vogal Diogo Machado:

*"Pela bancada do PP, anúncio o Sr. António Dinis Correia".*

Vogal Filipe Brandão:

*"Pela bancada do PS o Sr. Álvaro Patrício do Bem".*

Presidente da Mesa:

*"Portanto neste momento há duas pessoas propostas, se não há mais propostas iríamos fazer a votação sobre estas duas pessoas".*

Vogal Armando Vieira:

*" O PSD apresenta para integrar essa comissão o Eng.º Carlos Santos".*

Vogal Diogo Machado:

*"Uma vez que o PSD apresenta candidato, o PP deixa que a decisão se faça entre os dois candidatos do PS e do PSD e retira o candidatura do Sr. António Dinis Correia".*

Presidente da Mesa:

*"Portanto a bancada do PP retirou o candidato que tinha. Ficam, portanto, o Sr. Álvaro Patrício do Bem com a letra B e Sr. Eng.º Carlos Santos com a letra C".*

De seguida a Mesa procedeu à eleição por escrutínio secreto, tendo entrado na urna vinte e três votos.

Após a contagem dos votos o resultado foi o seguinte: treze votos para o candidato com a letra C (Eng. Carlos Santos) sete votos para o candidato com a letra B (Álvaro Patrício do Bem) e três votos em branco, estando encontrado assim o representante para a Comissão Concelhia de Saúde de Aveiro, nos termos do artigo 12º, do Dec-Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro, o Sr. Eng.º Carlos Manuel da Silva Santos.

Terminados os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia, a minuta da acta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 01:00 horas do dia 1 de Julho.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que, no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.

  
António de Jesus Dias Lopes  
Manuel Miguel Botas dos Reis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA N.º 78

ACTA EM MINUTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO  
MÊS DE JUNHO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO REALIZADA  
EM 30.06.97

Aos trinta dias do mês de Junho de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se a Segunda reunião da Sessão Ordinária do mês de Junho da Assembleia Municipal de Aveiro.

Dando cumprimento à Ordem de Trabalhos foram abordados os seguintes pontos que após discutidos mereceram a seguinte votação:

Ponto n.º 2 - Plano de Urbanização de Aveiro - Constituição da Comissão de Acompanhamento,  
*Essencial de Gracia Cas*

APROVADO POR ~~MAIORIA DE UNANIMIDADE~~ VOTOS A FAVOR, ~~VOTOS CONTRA~~ E ~~ABSTENÇÕES~~.

Ponto n.º 3 - Plano de Pormenor do Picôto, em Oliveirinha, Aprovação;

APROVADO POR MAIORIA DE 16 VOTOS A FAVOR, ~~VOTOS CONTRA~~ 87 ~~ABSTENÇÕES~~

Ponto n.º 4 - Plano Estratégico da Cidade de Aveiro, Apresentação e Pedido de Parecer;

APROVADO POR ~~MAIORIA DE UNANIMIDADE~~ A CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO QUE APRESENTE O PARECER SOLICITADO VOTOS A FAVOR, ~~VOTOS CONTRA~~ E ~~ABSTENÇÕES~~

Ponto n.º 5 - Eleição de um Representante da Assembleia Municipal, para a Comissão Concelhia de Saúde de Aveiro, nos termos do artigo 12º, do Dec. - Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro;

APROVADO POR MAIORIA DE 13 VOTOS A FAVOR, ~~VOTOS CONTRA~~ E ~~ABSTENÇÕES~~.

O Sr. Eng. Carlos Santos,

No ponto n.º 3 saurei os números 16 e 7.

*[Handwritten signature]*  
D. Silva Correia  
*[Handwritten signature]*